

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE**

**CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

**DAYANE KARLA ARAÚJO DE AZEVEDO**

**PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS E O  
FORTALECIMENTO DO SISTEMA AGROALIMENTAR DO  
MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB**

Cuité – PB

2019

DAYANE KARLA ARAÚJO DE AZEVEDO

**PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS E O FORTALECIMENTO DO  
SISTEMA AGROALIMENTAR DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Me. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos.

Cuité – PB

2019

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE  
Biblioteca Setorial de Cuité - CES/UFCG  
Bibliotecária - Documentalista: MARLY FELIX DA SILVA – CRB 15/855

A994p

Azevedo, Dayane Karla Araújo de.

Programas de compras governamentais e o fortalecimento do sistema agroalimentar do Município de Cuité/PB. / Dayane Karla Araújo de Azevedo. – Cuité: CES, 2019.

80 fl.: Il. Col.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde - CES/UFCG, 2019.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos.

1. Programa de aquisição de alimentos. 2. Programa Nacional de Alimentação Escolar. 3. Agricultura Familiar. I. Título.

Biblioteca do CES – UFCG

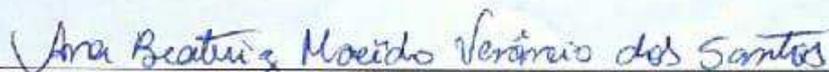
CDU 631

**PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS E O FORTALECIMENTO DO  
SISTEMA AGROALIMENTAR DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB**

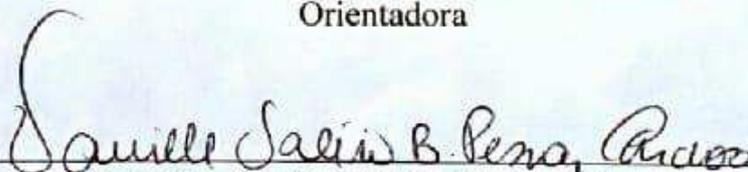
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Saúde Coletiva.

Aprovado em 12 de maio de 2019.

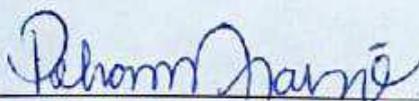
**BANCA EXAMINADORA**



Prof. M<sup>e</sup>. Ana Beatriz Macêdo Venâncio dos Santos  
Universidade Federal de Campina Grande  
Orientadora



Prof. M<sup>e</sup>. Vanille Valério Barbosa Pessoa  
Universidade Federal de Campina Grande  
Examinadora



Prof. Dra. Poliana de Araújo Palmeira  
Universidade Federal de Campina Grande  
Examinadora

Aos meus queridos e amados pais, João Eduardo de Azevedo e Joelma de Araújo Azevedo,  
por todo esforço e compreensão na concretização desse sonho e por todo amor incondicional  
na minha existência,

E, aos valentes agricultores familiares desse país.

**Dedico.**

## AGRADECIMENTOS

À Deus por me conceder a vida, força para alcançar meus objetivos e superar meus medos e por todo amor nos detalhes.

À Universidade Federal de Campina Grande – Campus Cuité e a todos os servidores por tudo que foi vivido durante esses anos.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Me. Ana Beatriz, por todo cuidado, dedicação e paciência durante essa pesquisa. Obrigada por todo o incentivo, carinho e por todas as vezes que me encorajou a enfrentar meus medos e inseguranças, inclusive, no processo de tomada de decisão para realização desse trabalho. Sem dúvidas, sua breve passagem pelo curso, foi muito importante na minha formação e acredito que na formação de muitos outros alunos. Não tenho palavras para expressar a minha gratidão e a minha admiração.

À professora Me. Vanille Pessoa, por aceitar examinar esse trabalho, por todas as aulas motivadoras e por todas as oportunidades concedidas durante o curso.

À professora Dr.<sup>a</sup> Poliana Palmeira, por aceitar o convite para participar dessa banca e por se dispor a examinar esse trabalho.

Aos meus pais, por toda dedicação e amor na minha criação. Serei eternamente grata por tudo que fizeram/fazem por mim. Obrigada por me ensinaram o valor da agricultura familiar e das lutas que essa atividade carrega, vocês são motivos de muito orgulho para mim e são a maior motivação para realização desse trabalho.

Aos meus avós, por toda ajuda e todo amor. A toda minha família, pelo carinho de sempre. À família de Cuité, em especial, a Pedro Martins e a Maria das Dores, meus avós de coração, por me acolherem tão bem e, a Vital Moura e Antonia Lima, por me receberem com tanto carinho nas visitas em sua casa.

A todos os professores do Curso de Bacharelado em Nutrição da UFCG-CES, pela contribuição na minha formação.

Ao Núcleo Penso por todas as oportunidades e experiências vividas, e em especial, ao projeto de extensão, Vida Nova, onde eu vivi as melhores experiências da universidade, onde eu pude enfrentar meus medos e inseguranças sem julgamentos. Minhas maiores conquistas não ficarão em um currículo, mas marcadas em minha memória e no meu coração. Gratidão, Vida Nova, por não desistirem de mim. Também aos meus colegas de projeto, e especialmente, à Maria Clara e Isabela Dantas por toda paciência, carinho e parceria nesse tempo de projeto.

Às minhas queridas amigas, Amanda Lopes, Elisiane Beatriz, Jéssica Patrícia, Idelly Larissa e Renally Moura, pela parceria durante essa trajetória, por tudo que foi vivido (os momentos bons e os ruins) e por todo o carinho. Vocês fizeram os meus dias mais felizes, sempre com palavras de incentivo e amizade que me motivavam a seguir. Obrigada por tudo, meus amores. E, à minha amiga de infância, Thais Macêdo, pela amizade e incentivo durante todos esses anos.

Às minhas vizinhas e também grandes amigas, Livia Saraiva e Raquel Dantas, por tudo que foi vivido na “Vila do Chaves”, por todos os cafés, por todos os momentos que me acordavam para que eu não perdesse ocasiões importantes, as palavras de conforto nos momentos difíceis e as de incentivo e motivação nos momentos em que eu precisava, enfim, obrigada por toda amizade.

Às minhas colegas de pesquisa, Maria Rita e Natalícia Lima, por tudo que compartilhamos, as dores, o cansaço, os aprendizados e as alegrias de cada conquista. O caminho ficou mais leve com vocês.

A todos os colegas de curso, pela convivência e pelas experiências compartilhadas.

À nutricionista, Gislani Toscano, por me permitir realizar um estágio extracurricular no PNAE da minha cidade, oportunizando experiências e aprendizados muito importantes. Gratidão pela generosidade e paciência.

À comunidade Bujari pela experiência do estágio em saúde coletiva e em especial, a equipe do CRAS, Pablo Diego, Ednalva Andrade e José Adriano, por todo carinho e aprendizado.

Aos agricultores da feira agroecológica do município de Cuité por aceitarem participar dessa pesquisa e por acreditarem e persistirem nessa profissão.

Aos moradores cuitenses que eu tiver a honra de conhecer e aprender durante esses anos nas práticas e no cotidiano.

E a todos que contribuíram de alguma forma para realização desse trabalho e durante a trajetória na graduação, os meus sinceros agradecimentos.

AZEVEDO, D. K. A. **Programas de compras governamentais e o fortalecimento do sistema agroalimentar do município de Cuité/PB**. 2019. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) – Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2019.

## RESUMO

Os programas de compras governamentais da agricultura familiar, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), constituem importantes canais de escoamento da produção de pequenos agricultores, pois facilitam a comercialização, dispensando processos licitatórios e burocráticos na aquisição de alimentos. O PAA e PNAE contribuem para o incentivo da agricultura familiar e para o acesso a uma alimentação saudável para o público-alvo, pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e alunos da rede pública de ensino. Nesse sentido, o estudo tem como objetivo analisar o impacto do PAA e do PNAE no fortalecimento do sistema agroalimentar do município de Cuité/PB, bem como, analisar as condições do funcionamento desses programas e a partir da percepção dos gestores e agricultores entrevistados. Trata-se de um estudo transversal descritivo, cuja população do estudo foi de agricultores que participam ou já participaram dos referidos programas e, também, da feira agroecológica do município, além dos gestores dos programas. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas autorizadas por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os resultados foram semelhantes em ambos os programas, observou-se que a maior parte dos entrevistados produz em terreno próprio, utiliza mão de obra exclusivamente familiar, realiza o autoconsumo dos alimentos produzidos e possui outros canais de comercialização, além da feira agroecológica e dos programas estudados. No entanto, destaca-se que o PAA não está funcionando atualmente no município. Observou-se ainda que, na perspectiva dos agricultores, não há assistência técnica suficiente. Com relação ao impacto dos programas, observou-se resultados positivos na produção, comercialização e na qualidade de vida dos agricultores em ambos os programas. Com base na percepção dos gestores, ambos reconhecem a importância dos programas para município, mas destacaram alguns pontos que dificultam a execução dos programas. No caso do PAA, os cortes orçamentários e a dificuldade de organização no recebimento e no PNAE, a dificuldade de articulação com outros setores e na logística de transporte. Em uma avaliação global, a maioria dos agricultores avaliou os programas como ótimo/bom e destacou como vantagens a complementação da renda e a comercialização fixa, entretanto foram apontadas algumas desvantagens como preços baixos, dificuldades de organização para participar dos programas e baixos quantitativos adquiridos pelos programas. Dessa forma, conclui-se que apesar das desvantagens, os programas contribuem para o incentivo da agricultura familiar bem como para o fortalecimento do sistema agroalimentar local. Todavia, é necessário continuar avançando nas flexibilizações de participação do agricultor no programa, para facilitar a inserção deste nesse meio de comercialização tão importante para geração de renda.

**Palavras-chaves:** Programa de Aquisição de Alimentos. Programa Nacional da Alimentação Escolar. Agricultura familiar.

## ABSTRACT

Government purchase programs for family agriculture, the Food Acquisition Program (FAP) and the National School Feeding Program (NSFP) are important channels for the production of small farmers, since they facilitate commercialization, dispensing bureaucratic and bureaucratic food purchase. The FAP and NSFP contribute to the encouragement of family farming and access a healthy diet for the public target, food and nutritional insecure people and students in the public school system. In this sense, the objective of this study is analyzing the impact of the FAP and the NSFP in strengthening of the agrifood system IN the city of Cuité / PB, as well as to analyze the conditions of the operation of these programs and from the perception of the managers and farmers interviewed. It is a cross-sectional descriptive study, whose study population was from farmers who participate or had already participated in these programs, as well as the city agro-ecological fair, besides the managers of the programs. Semi-structured interviews were authorized through the Informed Consent Term (ICT). The results were similar in both programs, it was observed that most of the interviewees produce on their own land, use exclusively family labor, self-consumption of produced food and other marketing channels, besides the agro-ecological fair and programs studied. However, it is noteworthy that the FAP is not currently functioning in the city. It was also noted that, from the perspective of farmers, there is insufficient technical assistance. Regarding the impact of the programs, there were positive results in the production, marketing and quality of life of farmers in both programs. Based on the perception of the managers, both recognize the importance of the programs for the city, but highlighted some points that hinder the execution of the programs. In the case of the FAP, the budget cuts and the difficulty of organization in receiving and in NSFP, the difficulty of articulation with other sectors and in transport logistics. In a global evaluation, the majority of the farmers evaluated the programs as good/good and emphasized the advantages of income supplementation and fixed marketing. However, some disadvantages were pointed out, such as low prices, organizational difficulties to participate in programs and low Software. In this way, it can be concluded that, despite the disadvantages, the programs contribute to the incentive of family agriculture as well as strengthening of the local agrifood system. However, it is necessary to continue to make progress in the flexibility of the farmer's participation in the program, in order to facilitate the insertion of this program in this important commercial means of income generation.

**Key-words:** Food Acquisition Program. National School Feeding Program. Family farming.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> – Recursos financeiros formalizados para execução do PAA no estado da Paraíba (2010 - 2018).....	28
---	----

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> –	Identificação dos agricultores participantes de programas de compras governamentais, Cuité, 2018.....	30
<b>Tabela 2</b> –	Alimentos produzidos pelos participantes do PAA e PNAE, Cuité, 2018.....	35
<b>Tabela 3</b> –	Produtos comercializados no PNAE, Cuité, 2018.....	41

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABNT</b>	Associação Brasileira de Normas Técnicas
<b>BPC</b>	Benefício de Prestação Continuada
<b>CAAE</b>	Certificado de Apresentação para Apreciação Ética
<b>CAE</b>	Conselho de Alimentação Escolar
<b>CAPS</b>	Centro de Assistência Psicossocial
<b>CEASA</b>	Centrais de Abastecimento
<b>CEP</b>	Comitê de Ética em Pesquisa
<b>CES</b>	Centro de Educação e Saúde
<b>CNS</b>	Conselho Nacional de Saúde
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CRAS</b>	Centro de Referência de Assistência Social
<b>DAP</b>	Declaração de Aptidão ao Pronaf
<b>DHAA</b>	Direito Humano à Alimentação Adequada
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAO</b>	Organizações das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ISAN</b>	Insegurança Alimentar e Nutricional
<b>LOSAN</b>	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos
<b>PBF</b>	Programa Bolsa Família
<b>PNAE</b>	Programa Nacional da Alimentação Escolar
<b>PROCASE</b>	Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú
<b>PROSPERAR</b>	Prosperar, Consultoria e Projetos Agrossustentáveis
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>RT</b>	Responsável Técnico

<b>SAN</b>	Segurança Alimentar e Nutricional
<b>SCFV</b>	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
<b>SEBRAE</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SPSS</b>	Statistical Package for the Social Sciences
<b>STR's</b>	Sindicato de Trabalhadores Rurais
<b>UFCG</b>	Universidade Federal de Campina Grande

## LISTA DE SÍMBOLOS

<i>%</i>	Porcentagem
>	Maior que
<	Menor que
<b>Kg</b>	Quilograma
<b>Km</b>	Quilômetro

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>2 OBJETIVOS .....</b>	<b>19</b>
2.1 OBJETIVO GERAL .....	19
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	19
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>20</b>
3.1 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO NA PERSPECTIVA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM BREVE HISTÓRICO.....	20
<b>4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>24</b>
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	24
4.2 CENÁRIO DA PESQUISA.....	24
4.3 SUJEITOS DA PESQUISA .....	24
4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO .....	25
4.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETAS DE DADOS.....	25
4.6 ANÁLISE DE DADOS.....	26
4.7 ASPECTOS ÉTICOS.....	27
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>28</b>
5.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS.....	28
5.2 FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS .....	39
5.3 IMPACTOS DOS PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS NA PRODUÇÃO E NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES .....	48
5.4 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS NA ÓTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES .....	51
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>58</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>60</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>68</b>
APÊNDICE A – Questionário elaborado para a entrevista com os agricultores da feira agroecológica.....	69
APÊNDICE B – Questionário elaborado para a entrevista com o Gestor do PAA do Município de Cuité – PB.....	76
APÊNDICE C – Questionário elaborado para a entrevista com a Responsável Técnica do PNAE do Município de Cuité – PB .....	78

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizado com os agricultores. ....	80
--	----

## 1 INTRODUÇÃO

Mundialmente, o Brasil assume um importante papel na produção agrícola. Contudo, alguns aspectos relacionados ao sistema produtivo adotado atingem a segurança alimentar e nutricional (SAN) da população, os quais envolvem a concentração da estrutura agrária, o desequilíbrio entre a produção de alimentos direcionada ao mercado externo e o consumo interno, bem como, questões relacionadas à sustentabilidade do sistema (KEPPLE, 2014).

Na direção contrária a esse modelo de produção, a agricultura familiar caracteriza-se por um conjunto de atividades desenvolvidas no espaço rural e em âmbito familiar que em sua maioria, utilizam práticas sustentáveis e promotoras da SAN (BRASIL, 2018). Apesar desta relevância da agricultura familiar, apenas no final dos anos 1990 que políticas direcionadas à produção agrícola, especialmente para a agricultura familiar, passaram por importantes mudanças incitadas pelas discussões sobre segurança alimentar e nutricional e o reconhecimento da agricultura familiar como importante atividade do setor econômico e social por parte do governo (HESPANHOL, 2013).

Durante esse processo, novas políticas foram criadas com o objetivo de promover o desenvolvimento da agricultura familiar, e mais recentemente, políticas direcionadas a facilitação da comercialização destacam-se, são elas o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) (OLIVEIRA, 2015).

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, oportuniza a comercialização dos produtos da agricultura familiar, melhora aspectos financeiros e de qualidade de vida dessas famílias, assim como, promove uma alimentação saudável para grupos populacionais que estão em situação de insegurança alimentar. (NASCIMENTO, 2015). Já o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), pautado na SAN e no direito humano à alimentação adequada (DHAA), busca oferecer uma alimentação adequada aos alunos matriculados nas redes públicas de ensino (BRASIL, 2015). Além disso, o programa incentiva a agricultura familiar por meio da obrigatoriedade da utilização de no mínimo 30% dos repasses financeiros federais para a aquisição de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares e empreendedores familiares rurais do âmbito local (BRASIL, 2014).

Além dessas, outra possibilidade de canal de comercialização para agricultura familiar são as feiras. Esses espaços, caracterizados por produções de base familiar, são uma importante ferramenta de geração de renda e fundamentais para o abastecimento local. Nesse sentido, é também um ambiente favorável para criação de políticas direcionadas a agricultura familiar (RIBEIRO et al., 2003).

Assim, entendendo as contribuições de políticas como essas, o estudo busca compreender: Qual a percepção dos participantes sobre a contribuição dos programas para a agricultura familiar? Quais as principais dificuldades que os agricultores familiares têm para participação no PAA e PNAE? E, no âmbito da gestão, quais os possíveis entraves no funcionamento dos programas no município de Cuité?

Acredita-se que os agricultores da feira agroecológica encontram alguns obstáculos para se inserir no PAA e PNAE, como dificuldades em se organizar para participar de chamadas públicas e de atingir o quantitativo de produção, envolvendo aspectos relacionados à manutenção da produção. Quanto à percepção dos agricultores, possivelmente os programas serão avaliados positivamente, já que constituem canais fixos de comercialização, complementam a renda familiar e podem contribuir para melhorias na produção.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivo verificar, a partir da visão dos agricultores e gestores do PAA e PNAE, qual o impacto desses programas no sistema agroalimentar do município de Cuité/PB. Dessa forma, a pesquisa ajuda a entender como esses programas funcionam no município, identificando potencialidades e fragilidades, com o intuito de propor melhorias nas estratégias a fim de que se adequem à realidade local e assim, possam contribuir para o fortalecimento do sistema agroalimentar.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

- ✓ Analisar o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) para o fortalecimento do sistema agroalimentar local.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- ✓ Descrever a estrutura do funcionamento do PAA e do PNAE no município de Cuité/PB;
- ✓ Identificar os agricultores da feira agroecológica do município de Cuité que participam do PAA e do PNAE ;
- ✓ Avaliar a percepção dos agricultores sobre o PAA e PNAE;
- ✓ Analisar as condições de funcionamento dos programas, sob a perspectiva do gestores.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 AGRICULTURA FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORTALECIMENTO NA PERSPECTIVA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM BREVE HISTÓRICO

Historicamente, no Brasil, há pouca participação na agenda política da agricultura familiar e somente nas últimas décadas, começam a surgir às primeiras ações e políticas públicas efetivas voltadas para esse público. Nesse sentido, esse tópico vem apresentar o histórico das políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e suas interfaces com a segurança alimentar e nutricional (SAN).

Desde o início da expansão territorial brasileira, a agricultura familiar, antes chamada de agricultura de subsistência, compôs parte das atividades produtivas do país. Entretanto, no decorrer do período colonial até as décadas de 60 e 70, os investimentos do governo voltados para o desenvolvimento satisfatório da agricultura de subsistência, reduziram de maneira significativa. A partir desse período, iniciou-se uma fase de intensa modernização da agricultura que privilegiou os setores mais capitalizados e as *commodities* voltadas para o mercado internacional, gerando desequilíbrios na balança comercial do país. O resultado dessas políticas direcionadas à modernização rural foi bastante negativo no âmbito da agricultura familiar, o que limitou a política agrícola desse setor ao crédito rural, aos preços mínimos e ao seguro da produção (MATTEI, 2014).

Até meados da década de 1990, a agricultura familiar era pouco discutida no cenário nacional. A partir desse período, houve um processo de reconhecimento do papel da agricultura familiar no Brasil, em que, alguns fatores assumiram um papel fundamental, como a atuação do movimento sindicalista após a ditadura militar, a discussão da temática trazida por estudiosos nesse período, o posicionamento do Estado reconhecendo a importância desse setor e a criação de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar (SCHNEIDER, 2014).

A partir da constante luta e das reivindicações das organizações dos trabalhadores rurais, em 1996, é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), um marco no reconhecimento dessa categoria e na promoção do desenvolvimento da agricultura familiar (MATTEI, 2014). O PRONAF consiste em um programa de crédito rural que atende agricultores familiares, assentados da forma agrária, povos e comunidades tradicionais. O programa financia projetos individuais ou coletivos a juros mais baixos para o investimento em

máquinas, equipamentos ou infraestrutura de produção, contribuindo para geração de renda e para melhoria da qualidade de vida no campo (BRASIL, 2013).

Acrescenta-se, em 2003, outro programa direcionado ao fortalecimento da agricultura familiar com interfaces na segurança alimentar e nutricional, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), constituindo uma das ações incorporadas ao Projeto Fome Zero. O programa incentiva a produção de alimentos da agricultura familiar, por meio da comercialização desses produtos a preços justos, constituindo estoques públicos e promovendo o acesso desses alimentos a famílias em situação de insegurança alimentar (SOUZA-ESQUERCO; BERGAMASCO, 2014).

O atual conceito de Segurança Alimentar e Nutricional adotado no Brasil é definido pela LOSAN:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Dessa forma, entende-se a SAN como a realização do direito humano a alimentação adequada (DHAA) que diz respeito ao acesso permanente a alimentos saudáveis e seguros, em quantidade e qualidade adequadas, respeitando as tradições culturais e as dimensões físicas e mentais, individuais e coletivas, garantindo uma vida digna aos indivíduos. Sendo dever do Estado respeitar, proteger, promover e prover esse direito para realização da SAN (LEÃO; RECINE, 2011).

Além dessas conquistas, outro importante avanço no campo da agricultura familiar foi a criação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais, regulamentada pela Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, na qual, são estabelecidas as diretrizes para formulação e planejamento da política, e ainda, traz os requisitos que definem como agricultor familiar ou empreendedor familiar rural, aquele cuja limitação de área de produção corresponde até quatro módulos fiscais, utiliza predominantemente da mão de obra familiar nas atividades econômicas, possui percentual mínimo da renda familiar oriundos das atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento e a gestão do estabelecimento ou empreendimento é compartilhada com a família. Entre os princípios dessa política, observa-se a descentralização, sustentabilidade ambiental, social e econômica, equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia e a participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional de agricultura familiar e empreendimentos rurais (BRASIL, 2006).

Além do PAA, outro programa direcionado ao fortalecimento agricultura familiar com o enfoque na comercialização, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Criado na década de 50, o programa tem como objetivo ofertar uma alimentação adequada e saudável que auxilie o crescimento e desenvolvimento saudável, considerando idade, estado de saúde e condições específicas dos estudantes da rede pública de ensino, respeitando tradições e hábitos alimentares. Além disso, busca incentivar a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável, bem como, promove ações de educação alimentar e nutricional (BRASIL, 2013).

Em 2009, a Lei nº 11.947, estabeleceu que no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para financiar a alimentação escolar seriam destinados à aquisição de alimentos da agricultura familiar (BRASIL, 2009). E, somente em 2015, essa lei foi regulamentada pela Resolução nº 4/2015, na qual, são descritos os procedimentos operacionais referentes à aquisição dos produtos da agricultura familiar para alimentação escolar (BRASIL, 2015). E assim como o PAA, o PNAE também passou a incentivar a compra de produtos agroecológicos e orgânicos (SAMBUICHI et al., 2014).

A diversidade de produção e o consumo interno dos alimentos produzidos, características da agricultura familiar no Brasil, contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 2018). Ademais, os circuitos locais de produção e consumo, que incluem a agricultura familiar, fortalecem o sistema agroalimentar descentralizado, aumentando a disponibilidade de gêneros alimentícios, e conseqüentemente, contribuindo para promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) (GARCIA; RECINE, 2014).

Assim, o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil como importante setor na produção de alimentos, no sistema alimentar e na ocupação do campo, gerando emprego e renda, compreende a luta de movimentos sociais, a intensificação das publicações acadêmicas e o planejamento e implementação de ações e políticas públicas voltadas para este setor (BRASIL, 2018). Nessa direção, o PAA e o PNAE, programas de compras governamentais, atuam criando mercados para pequenos produtores e incentivando essa atividade, bem como, propiciando uma alimentação saudável e promovendo a SAN para a população alvo dessas políticas (TRICHES; GRISA, 2015).

As compras institucionais constituem canais de comercialização para escoamento da produção dos agricultores familiares, contribuindo para inclusão social e produtiva dos mesmos, que a fim de atender os requisitos do mercado, buscam qualificar sua produção. Além disso, a aquisição de alimentos da agricultura familiar, por intermédio das compras institucionais, a exemplo do PAA Compra Institucional, contribui para o estabelecimento de

circuitos curtos de comercialização. Estes, por sua vez, promovem uma alimentação saudável, pois oferecem alimentos mais frescos, diversificados e que respeitam as tradições culturais da região, promovendo a SAN (CAMPOS, 2015).

Para tanto, a realização do DHAA e da SAN requer a soberania alimentar dos países, ou seja, a capacidade de escolher o seu próprio sistema alimentar e decidir sobre aspectos relacionados à produção e o consumo de alimentos do país. Envolve ainda, a preservação das sementes tradicionais (crioulas), diversidade agrícola, bem como a valorização cultural e de práticas alimentares (LEÃO, 2013).

A privação da soberania alimentar influencia em diversos aspectos. Partindo dessa visão, as grandes cadeias de produção caracterizadas pela monocultura interferem não somente na produção, mas também, no consumo. A padronização dos hábitos alimentares limita cada vez mais a variedade da alimentação brasileira substituindo os alimentos “*in natura*” ou preparados em casa por produtos com elevadas quantidades de açúcar, gordura e sal, causando danos à saúde dos indivíduos e afetando a diversidade cultural (BURITY et al., 2010).

Assim sendo, a produção em larga escala e o abastecimento adequado de alimentos, não representam que os países atendem as dimensões da SAN, pois entende-se que a mesma deve incorporar aspectos locais, sociais, culturais e ambientais nas etapas de produção, comercialização e consumo dos alimentos, promovendo dessa maneira, práticas mais equitativas, saudáveis e sustentáveis (LEÃO; MALUF, 2012).

Estabelecimentos agropecuários de menor porte, caracterizados pela diversidade agrícola, requerem políticas públicas direcionadas para o fortalecimento da produção e geração de renda, as quais devem caminhar juntas com o desenvolvimento rural e nesse sentido, devem orientar-se para o fortalecimento dos meios de vida e do acesso a recursos, bens e serviços. Além disso, as políticas públicas da agricultura familiar devem apoiar formas de organização para produção e a construção de mercados, já que os canais de comercialização são em sua maioria dominados por grandes produtores (SCHNEIDER; CASSOL, 2014).

## **4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **4.1 TIPO DE PESQUISA**

A presente pesquisa trata-se de um estudo transversal descritivo sobre o sistema agroalimentar do município de Cuité/PB. Define-se estudo transversal como aquele em que os dados coletados são de um mesmo momento, e descritivo, quando estes, buscam descrever determinado assunto (PEREIRA, 2007).

Este tipo de estudo é compatível com a proposta da pesquisa uma vez que pretendesse realizar uma descrição inicial, neste primeiro momento (2018), da situação da agricultura família e sua relação com os programas de compras governamentais no município de Cuité.

### **4.2 CENÁRIO DA PESQUISA**

O estudo foi realizado no município de Cuité, Paraíba, localizado no Curimataú Paraibano, que fica a aproximadamente 235 km da capital João Pessoa. O município possui extensão territorial de 741,84 km<sup>2</sup>, cuja maior parte é rural. Em 2010, o município possuía 19.978 habitantes, onde cerca de 67% viviam na zona urbana e 33% na zona rural (CENSO, 2010). Segundo o IBGE (2018), a cidade apresentou um pequeno crescimento na população estimada e passou a ter 20.343 habitantes. No que se refere a área rural, o município conta com 2.383 estabelecimentos agropecuários, representando uma área de 37.088 hectares (CENSO, 2006). Atualizações referentes aos estabelecimentos agropecuários e as atividades agropecuárias municipais estão sendo realizadas pelo Censo Agropecuário 2017 e atualmente, estão em fase de processamento de dados.

### **4.3 SUJEITOS DA PESQUISA**

Os sujeitos da pesquisa correspondem ao grupo de agricultores familiares que comercializam ou já comercializaram seus produtos na feira agroecológica do município de Cuité, e destes, serão selecionados os que participam ou já participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e/ou do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) para análises dos dados. E, além destes, 2 (dois) gestores municipais/responsáveis técnicos pelos programas, sendo eles: secretário de assistência social e nutricionista.

#### 4.4 CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Como critério de inclusão, utilizou-se a participação dos agricultores na feira agroecológica do município de Cuité/PB, a partir de um registro de participantes fornecido previamente pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Cuité. Foram excluídos da pesquisa aqueles que nunca participaram da feira agroecológica e aqueles cuja comercialização corresponde exclusivamente a produtos de origem de animal ou de produtos artesanais como bolos, doces, entre outros. Além destes, também foram excluídos participante com outros tipos de comercialização, como de artesanato. Dessa forma, a amostra da pesquisa totalizou 17 agricultores familiares.

#### 4.5 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS PARA COLETAS DE DADOS

Esta pesquisa é parte de uma pesquisa maior intitulada Produção e Comercialização de Alimentos: Um Olhar sobre a Feira Agroecológica do Município de Cuité/PB, cujo objetivo é analisar o Sistema Agroalimentar Local que viabilizou a implementação da Feira Agroecológica do município de Cuité-PB. Portanto, os métodos de coleta e análise de dados foram semelhantes e serão descritos adiante. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre o tema no intuito de fornecer embasamento teórico para elaboração dos questionários e posteriormente, para coletas de dados.

A realização da coleta de dados ocorreu em duas etapas: a primeira consistiu em entrevistas semiestruturadas com os agricultores no intuito de caracteriza-los e por meio da percepção dos mesmos, destacar as principais contribuições e dificuldades vivenciadas nos programas; e a segunda, compreendeu entrevistas semiestruturadas com os gestores/responsáveis técnicos do PAA e PNAE, sendo estes, o secretário de assistência social e a nutricionista responsável pela merenda escolar, com o objetivo de entender o funcionamento e as contrariedades enfrentadas nestes programas no município de Cuité.

Para as entrevistas, foram elaborados três questionários, um direcionado às entrevistas com os agricultores (Apêndice A), o segundo, para entrevista com o gestor do PAA (Apêndice B) e o terceiro, para entrevista com a nutricionista do PNAE (Apêndice C).

O questionário referente à entrevista com os agricultores era composto por 7 (sete) módulos: (1) identificação do produtor, (2) caracterização da produção agrícola comercializada, (3) potencialidade e dificuldades do modelo de circuito curto de comercialização, (4) informações sobre a inserção nos programas governamentais e seus impactos na visão dos

agricultores, (5) participação nos programas governamentais da agricultura familiar, (6) participação em programas de incentivo à produção, (7) participação em programas de compras governamentais da agricultura familiar, disposto no Apêndice A.

Já o questionário utilizado na entrevista com o gestor do PAA (Apêndice B), era composto pelos seguintes módulos: (1) identificação do entrevistado, (2) funcionamento do programa, (3) cadastramento e seleção dos agricultores, (4) cadastramento e seleção das entidades e (5) avaliação do programa. Quanto ao questionário utilizado na entrevista com a responsável técnica do PNAE (Apêndice C), era composto por 4 (quatro) módulos, sendo estes: (1) identificação do entrevistado, (2) funcionamento do programa, (3) cadastramento e seleção dos agricultores e (4) avaliação do programa.

Os questionários elaborados foram previamente testados e em seguida, deu-se início as coletas de dados a campo, realizadas por estudantes de graduação em Nutrição integrantes do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Nutrição e Saúde Coletiva (Dayane Karla Araújo de Azevedo, Maria Rita Garcia e Maria Natália Lima) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), devidamente treinados pela professora orientadora da pesquisa.

Para realização das entrevistas, foi coletada autorização dos sujeitos da pesquisa e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D). Perante o consentimento dos sujeitos da pesquisa, as entrevistas eram gravadas com gravador de voz digital.

#### 4.6 ANÁLISE DE DADOS

A análise do conteúdo qualitativo das entrevistas se deu por meio da ordenação, classificação, e análise final dos dados. Na primeira etapa, na ordenação dos dados, foram realizadas transcrições dos conteúdos das gravações de áudio, releitura das entrevistas, organização das falas e observação dos dados. Posteriormente, na etapa de classificação, foram realizadas leituras repetidas das entrevistas e com base nos questionamentos e informações importantes para o estudo, foram estabelecidas categorias. Por fim, na análise final dos dados, foram estabelecidas articulações dos dados e das referências bibliográficas para responder as questões do estudo, conforme os objetivos definidos previamente (MINAYO, 1992 *apud* GOMES, 2002, p. 77).

Quanto a análise quantitativa dos dados, ocorreu a partir do *software* Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), o qual converte dados quantitativos em estatísticas.

#### 4.7 ASPECTOS ÉTICOS

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) para aprovação, sob Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) 98666818.3.0000.5182, mediante ao cumprimento das diretrizes e normas da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos. Para realização das entrevistas, os participantes assinaram previamente o TCLE (Apêndice D) no qual eram esclarecidos a natureza e os objetivos da pesquisa. Todos os participantes da pesquisa tiveram suas identidades preservadas e seus dados serão mantidos em sigilo, conforme a resolução supracitada.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo contou com a participação de 17 agricultores familiares que comercializam ou já comercializaram na feira agroecológica do município de Cuité, e dentre esses, para obtenção e análise dos resultados, foram selecionados aqueles que participam ou já participaram do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e/ou Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE), sendo 9 e 15 participantes, respectivamente.

Para melhor compreensão, os resultados serão apresentados em eixos temáticos sobre os programas e seus participantes: (1) caracterização geral dos agricultores familiares participantes do PAA e do PNAE; (2) funcionamento dos programas de compras governamentais; (3) impacto dos programas de compras governamentais na produção e na qualidade de vida dos agricultores familiares; e (4) avaliação dos programas de compras governamentais na ótica dos agricultores.

### 5.1 CARACTERIZAÇÃO GERAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES PARTICIPANTES DE PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Nesse tópico serão apresentados os resultados referentes ao perfil socioeconômico e a caracterização da produção, no qual serão explanados os dados sobre as condições de produção, acesso à água, posse de sementes, tipo de produção e comercialização em outros locais. Dessa forma, os resultados foram analisados no intuito de caracterizar de maneira geral o perfil e a produção dos agricultores familiares que participam ou já participaram do PAA e PNAE, a fim de compreender como tais variáveis influenciam na participação dos produtores nos programas citados.

No que diz respeito à participação dos agricultores nos programas de compras governamentais estudados, verifica-se que dos 17 entrevistados, respectivamente, 52,9% e 88,2% participa ou já participou do PAA e PNAE. Já no que se refere a participação atual, dos que afirmaram já ter participado do PNAE, 86,7% participam atualmente e com relação ao PAA, atualmente não está funcionando no município.

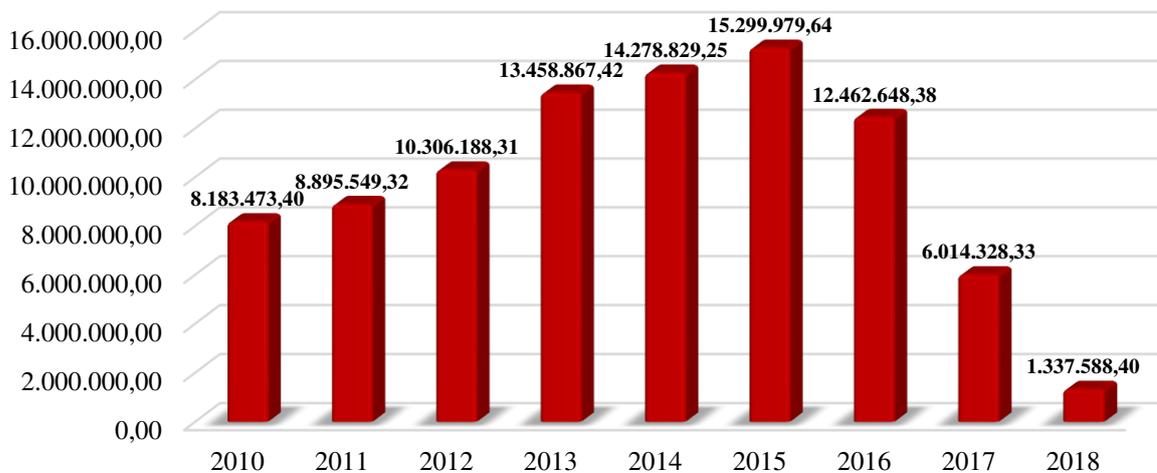
A diferença de participação nos dois programas no município pode ser justificada devido aos cortes orçamentários que o PAA vem sofrendo nos últimos anos, resultando na diminuição do número de projetos aprovados e conseqüentemente, do número de agricultores participantes. Problemática descrita pelo gestor do PAA em fala sobre algumas dificuldades encontradas na execução e funcionamento do programa:

“ [...] teve esse corte federal de 90% que praticamente acabou o programa no Brasil, né, a gente cair de R\$ 10.000.000,00 pra R\$ 1.000.000,00, não dá pra fazer quase nada, pra você ter uma ideia esse último projeto nosso foi de R\$ 250.000,00 então se você coloca durante o ano esse um milhão, só dava pra quatro associações, né,. Então, é triste por um programa desse ter acabado, porque eu acho que deveria ter aumentado [...] Aqui em Cuité a gente só tem uma que é a associação do Bujari, Fruticultores do Bujari, que ela tá apta pra inscrição do projeto [...] eu entrei em contato com ela ainda, esse ano, só que até o desinteresse das associações quando viram o orçamento lá embaixo, eles tem desinteresse até de se inscrever.” (Gestor do PAA, 2018)

O gestor avalia o corte orçamentário como ruim, tanto na perspectiva de manutenção do programa por ele considerado importante, quanto na perspectiva do agricultor que é o público-alvo do programa e desmotiva-se quando toma conhecimento da redução do orçamento.

Nesta direção, corroborando com as falas do gestor, o gráfico abaixo traz o total de recursos financeiros formalizados para execução dos projetos aprovados no estado da Paraíba, referente aos anos de 2010 a 2018, segundo a transparência pública do PAA:

#### TOTAL DE RECURSOS FINANCEIROS FORMALIZADOS NO PAA NO ESTADO DA PARAÍBA (2010 - 2018)



**Gráfico 1** – Recursos financeiros formalizados para execução do PAA no estado da Paraíba (2010 - 2018). **Fonte:** Transparência Pública do PAA.

Entre 2010 e 2015, o programa registrou na Paraíba um crescimento orçamentário anual, chegando em 2015 a R\$ 15.299.979,64 utilizados para execução de 64 projetos. Já no ano de 2018, o recurso formalizado foi de R\$ 1.337.588,40 e somente 15 projetos foram aprovados, isso revela que em três anos, os recursos financeiros sofreram uma redução de cerca de 91,3%.

Especificamente em Cuité, segundo a transparência pública do PAA, o município recebeu recurso para execução dos projetos no ano de 2014 tendo como organização fornecedora a Associação Rural dos Fruticultores do Sítio Bujari. Porém, entre 2010 e 2016, houve a participação de agricultores do município como fornecedores nos projetos aprovados

em Nova Floresta, cidade vizinha (9km de distância). Além disso, durante esse período, algumas instituições receptoras de Cuité foram contempladas pelos projetos aprovados e executados pelas associações de Nova Floresta. Destaca-se a exceção do ano de 2015, em que nenhum dos municípios obteve projeto aprovado.

Nessa direção, o enfraquecimento do PAA, em especial da modalidade de Compra com Doação Simultânea, colabora para desestruturação de organizações formais e para o declínio da promoção da segurança alimentar e nutricional dos agricultores fornecedores e das famílias consumidoras (VALADARES; SOUZA, 2015). Segundo Mattos (2017), os retrocessos nas políticas voltadas para à agricultura familiar contribuem para o agravamento da pobreza, da violência no campo, do êxodo rural, e também, colaboram para diminuição da produção de alimentos destinados ao mercado interno. Dessa forma, ameaçam à soberania e segurança alimentar e nutricional no país.

Com relação à caracterização dos produtores, a tabela 1 apresenta os dados referentes à identificação dos agricultores participantes dos programas PAA e PNAE. Sobre os agricultores participantes do PAA, 55,6% são do sexo masculino e 44,4%, do feminino, com idades nas faixas etárias entre 26 e 36, 37 e 46 anos e 47 e 58 anos, todas com 33,3%. Quanto a raça e ao estado civil, eles são majoritariamente pardos (77,8%) e casados (88,9%). Já sobre os endereços, a maior parte deles residem no Assentamento Brandão (44,4%), e em menor número, nos sítios Lagoa do Meio (22,2%), Canoa do Costa (11,1%), Campo Comprido (11,1%) e na zona urbana (11,1%).

Já com relação aos agricultores participantes do PNAE, diferente do PAA, a maior parte são do sexo feminino (53,3%) e os demais, do sexo masculino (46,7%). No que se refere a idade, boa parte deles declaram ter idades entre 37 e 46 anos (40%) e em menor número, entre 47 e 58 anos (33,3%) e entre 26 e 36 anos (26,7%). Semelhante ao outro programa, a maior parte deles classificaram-se pardos (73,3%) e casados (66,7%) e residem no Assentamento Brandão (40%), sítio Lagoa do Meio (20%), Canoa do Costa (13,3%), Bujari (6,7%), Campo Comprido (6,7%), Jucá (6,7%) e na zona urbana (6,7%). Esta semelhança de percentual dá-se pelo fato de alguns dos entrevistados participarem de ambos os programas.

**Tabela 1** – Identificação dos agricultores participantes de programas de compras governamentais, Cuité, 2018.

<b>Variáveis</b>	<b>PAA (nº/percentual)</b>	<b>PNAE (nº/percentual)</b>
<b>Sexo</b>		
Masculino	5 (55,6%)	7 (46,7%)
Feminino	4 (44,4%)	8 (53,3%)
<b>Raça</b>		
Branco	1 (11,1%)	2 (13,3%)
Amarelo	-	-
Negro	1 (11,1%)	2 (13,3%)
Pardo	7 (77,8%)	11 (73,3%)
Indígena	-	-
NR/N	-	-
<b>Estado Civil</b>		
Solteiro(a)	-	-
Casado(a)	8 (88,9%)	10 (66,7%)
Relação Estável	1 (11,1%)	4 (26,7%)
Viúvo(a)	-	1 (6,7%)
Separado(a)	-	-
<b>Faixa Etária</b>		
Entre 26 – 36	3 (33,3%)	4 (26,7%)
Entre > 36 – 46	3 (33,3%)	6 (40%)
Entre > 46 – 58	3 (33,3%)	5 (33,3%)
<b>Endereço</b>		
Assentamento Brandão	4 (44,4%)	6 (40%)
Sítio Bujari	-	1 (6,7%)
Sítio Canoa do Costa	1 (11,1%)	2 (13,3%)
Sítio Campo Comprido	1 (11,1%)	1 (6,7%)
Cuité	1 (11,1%)	1 (6,7%)
Sítio Lagoa do Meio	2 (22,2%)	3 (20%)
Sítio Jucá	-	1 (6,7%)

**Fonte:** dados da pesquisa (2018)

Diante dos dados apresentados na tabela 1, observa-se que os percentuais entre o sexo masculino e feminino são semelhantes. Segundo Spanevello, Matte e Boscardin (2016), a

participação feminina na agricultura familiar por muitos anos, assumiu um papel secundário, no qual as mulheres eram vistas como ajudantes dos pais ou dos maridos. Mais recentemente, essa concepção vem mudando e programas como o PAA, embora não tenham como principal objetivo a promoção da igualdade de gênero na agricultura, contribuem para o protagonismo da mulher na geração de renda e para a reversão da cultura machista no campo (IZIDORO, 2015).

A Resolução nº 44, de 2011 descreve as estratégias de fomento ao acesso de mulheres ao PAA, com destaque para a participação da mulher como critério de priorização na seleção e execução de propostas e, ainda, destinação de 5% do orçamento para organizações compostas 100% ou 70% por mulheres.

Quanto as faixas etárias, observa-se percentuais semelhantes, porém, boa parte dos entrevistados têm idades acima de 36 anos. Esse dado traz a discussão sobre a participação dos jovens na agricultura familiar e levanta questionamentos sobre a manutenção dessa prática. Nesse sentido, alguns aspectos devem ser considerados como o êxodo rural, o acesso à saúde e educação, a desigualdade de gênero, a reprodução familiar e as possibilidades de trabalho com melhor remuneração e condições de trabalho na cidade.

Em pesquisa realizada no município Igaci - AL sobre as perspectivas da permanência do jovem no campo, 75% relatou não ter pretensão de continuar desempenhando atividades relacionadas a agropecuária devido as dificuldades enfrentadas na prática agrícola, como a desvalorização do produto, terra insuficiente e trabalho pesado, somado as possibilidades no espaço urbano (MOURA; SILVA, 2012).

No que se refere ao endereço dos entrevistados, em maior número, estão os agricultores que residem no Assentamento Brandão. Segundo o preconizado no PAA e PNAE, assentados da reforma agrária são prioridades na aprovação de projetos de venda nos dois programas<sup>1</sup>. Além deste, os outros endereços mencionados estão bem distribuídos e possuem distâncias diferentes e bastante significativa para boa parte dos entrevistados, que também afirmaram dificuldades com transporte e estradas. Dessa forma, é interessante compreender qual a forma de organizações dos mesmos e como ocorre a logística de entrega dos produtos, discussão que será realizada mais adiante, por programa.

---

<sup>1</sup> As resoluções de referência para a priorização dos assentados são Res. nº 59, de 10 de julho de 2013 para o PAA e Res. nº 4, de 2 de abril de 2015 para o PNAE.

Quanto a caracterização da produção, investigou-se o percentual dos entrevistados que possuem terreno próprio e/ou possuem uma ou mais formas de negociação de terreno, as formas de acesso a água e a posse de sementes para produção.

No que se refere ao terreno utilizado para produção, a maioria dos agricultores declarou produzir em sua propriedade, tanto os que participam ou já participaram do PAA (77,8%), quanto os do PNAE (73,3%) e somente 22,2% e 26,7%, respectivamente, declararam não produzir em sua propriedade. Entre as formas de negociação da propriedade para produção foram mencionados: cedido, 75% dos participantes do PAA e 83,3% do PNAE; e dois terços, 25% do PAA e 16,7% do PNAE. Ressalta-se que um dos entrevistados, além da produção no terreno próprio, também produz em outra propriedade cedida.

Nesse sentido, entendendo que as formas de negociação da propriedade podem vir a gerar mais despesas para custeio da produção, a falta de titulação de terra gera instabilidade e insegurança para os agricultores. Em contrapartida, a posse da terra facilita o acesso às políticas públicas e a programas de crédito rural, fomento à comercialização, organizações associativas, assistência técnica e outros (SERAFIM; JESUS; FARIA, 2013).

Além disso, na prática, em casos nos quais a propriedade é negociada, supostamente os investimentos são voltados para enfrentamento de dificuldades mais imediatas. Porém, quando o agricultor é proprietário do terreno, é possível explorar outras alternativas para superação de obstáculos na produção, como investimento em poços, barragens e açudes para enfrentamento da seca, criação de animais para auxiliar no custeio da produção, dentre outros investimentos.

Dos entrevistados que participam/participaram dos programas de compras governamentais, a maioria relatou não dispor de trabalhadores contratados na produção e somente um agricultor conta com trabalhadores contratados, sendo 8 trabalhadores que recebem individualmente entre R\$ 250,00 e 300,00 semanalmente. Nesse caso em particular, observa-se que esse agricultor possui uma produção maior e comercializa seus produtos em mais canais de comercialização, além dos programas.

Dessa forma, verifica-se que a maior parte dos agricultores entrevistados utilizam mão de obra exclusivamente familiar para realizar as atividades produtivas. Esse dado reafirma o conceito da agricultura familiar, na qual utiliza-se principalmente integrantes do núcleo familiar para desempenhar as atividades agrícolas e de gestão da propriedade (GUANZIROLLI; BUAINAIN; DI SABBATO, 2012).

Em estudo realizado a partir dos dados do censo agropecuário de 2006, obteve que dentre os estabelecimentos familiares, cerca de 2/3 do total utilizavam mão de obra exclusivamente familiar. Já em relação aos estabelecimentos familiares e não familiares que

desempenhavam atividades agrícolas, 75% utilizavam mão de obra familiar (KAGEYAMA; BERGAMASCO; OLIVEIRA, 2013).

Entretanto, destaca-se que em alguns casos, a mão de obra exclusivamente familiar não é suficiente para atender a demanda da produção e especialmente em períodos de safras, há a necessidade de contratação de mão de obra. Nesse contexto, tanto a forma de negociação da propriedade quanto a participação de trabalhadores contratados são dados que merecem destaque, pois influenciam diretamente nos custos da produção e conseqüentemente no lucro do agricultor, criando ou dificultando as possibilidades de investimento.

Ainda sobre os obstáculos, observou-se as formas de acesso à água por parte dos agricultores e verificou-se que os participantes do PAA e PNAE, respectivamente, relataram utilizar poços artesianos (77,8% e 73,3%), cisternas calçadão (33,3% e 20%), cisternas (11,1% e 20%), barragem (11,1% e 6,7%) e/ou outras formas de acesso a água (33,3% e 40%). Dentre estas, relataram utilizar a água da chuva, cacimbão, açude e poço amazonas.

No estudo realizado por Silva (2018) com agricultores de um município do semiárido nordestino, constatou-se que 86,66% dos entrevistados tinha acesso a água para o domicílio por meio da Operação Pipa e 26,66% buscavam água em outros lugares próximos, além do acesso por outros meios como da rede pública e de poços. Dessa forma, apesar de todos os entrevistados declararem ter água diariamente, observa-se que há certa dificuldade para atingir o acesso adequado de água para o domicílio e essa situação pode ser ainda pior para produção de alimentos. Segundo o autor, nessas condições a produção de alimentos é afetada e conseqüentemente a disponibilidade e o fornecimento deles também, inclusive para programas de compras governamentais, como o PNAE.

A seca no semiárido brasileiro afeta população, animais e especialmente, a agropecuária (SANTOS et al., 2009). Nessa direção, a água é um fator limitante nessas regiões devido à irregularidade pluviométrica (BRITO et al., 2009). Desse modo, na tentativa de aumentar a disponibilidade de água para suprir essa deficiência, alternativas têm sido utilizadas para captação e armazenamento da água, como é o caso das cisternas (CAVALCANTI, 2010). Além das cisternas, entre os principais recursos hídricos utilizados na região, estão os rios, riachos, barragens, açudes, lagoas, barreiros, poços, tanques de pedra, dentre outros. Mesmo após as iniciativas dos governos anteriores para atenuar e combater a seca nessa região, a água ainda é um fator preocupante (SILVA, 2018).

Quanto a posse de sementes, foram relatadas três formas de adquiri-las: através da compra (88,9% e 86,7%), dos próprios alimentos produzidos (77,8% e 73,3%) ou ainda, por meio de órgão públicos (44,4% e 33,3%).

A forma de aquisição de sementes pode estar relacionada com o tipo de semente que é utilizada para produção e sugere-se que esse aspecto pode se configurar como uma dificuldade de produção, principalmente nos casos em que é necessário recurso financeiro para adquiri-las. A modernização da agricultura gerou a dependência de agricultores as indústrias de insumos agrícolas para produção. Uma das consequências dessa dependência foi a substituição de sementes crioulas por sementes industriais, híbridas e transgênicas, sementes focadas no aumento da produção que podem não produzir bons resultados, considerando que para tal, é necessário o “pacote completo da tecnologia”, desse modo, quando se trata do pequeno agricultor nem sempre há disponibilidade de recurso para isso. Já as sementes crioulas representam a manutenção da biodiversidade e da variedade vegetal, pois possuem a capacidade de adaptação e resistem às condições da região (CUNHA, 2013; MEIRELES, RUPPI, 2006).

Com relação a produção, foi elaborada uma lista dos alimentos mais produzidos pelos agricultores que comercializam ou já comercializam no PAA e PNAE (tabela 2).

Tendo em vista que boa parte dos entrevistados participam de ambos os programas, a produção é muito semelhante. Entre os alimentos mais produzidos pelos participantes do PAA e PNAE estão o coentro (100%), o feijão (100% e 86,7%) e o milho (100% e 93,3%), em ambos os programas mais de 85% dos participantes produzem esses alimentos.

Verifica-se prevalência de vegetais e em número menor, de frutas. Bem como uma produção significativa de lavouras temporárias, como milho, feijão, maracujá e fava, produtos característicos da cultura da região. Vale salientar que os alimentos supracitados, não são necessariamente os alimentos comercializados nos programas (posteriormente serão apresentados os alimentos comercializados no PNAE).

**Tabela 2** – Alimentos produzidos pelos participantes do PAA e PNAE, Cuité, 2018.

<b>Alimentos</b>	<b>Percentual no PAA</b>	<b>Alimentos</b>	<b>Percentual no PNAE</b>
Coentro	100%	Coentro	100%
Feijão	100%	Milho	93,3%
Jerimum	100%	Feijão	86,7%
Milho	100%	Batata Doce	80%
Batata Doce	88,9%	Couve	80%
Couve	88,9%	Jerimum	80%
Maracujá	88,9%	Maracujá	80%
Melancia	88,9%	Melancia	73,3%
Cenoura	77,8%	Tomate	73,3%
Alface	66,7%	Cenoura	66,7%
Beterraba	66,7%	Mamão	66,7%
Mamão	66,7%	Alface	60%
Tomate	66,7%	Beterraba	60%
Cebola	55,6%	Cebola	60%
Fava	55,6%	Pimentão	60%
Pimentão	55,6%	Fava	46,7%

**Fonte:** dados da pesquisa (2018)

De acordo com o relatório de atividades do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos de Alimentos (PARA), os principais alimentos com nível médio de contaminação de resíduos de agrotóxicos são o pimentão (91,8%), morango (63,4%), pepino (57,4%), alface (54,2%), cenoura (49,6%), abacaxi (32,8%), beterraba (32,6%) e mamão (30,4%) (BRASIL, 2011 *apud* CARNEIRO et al., 2015). Nesse sentido, observa-se que alguns desses alimentos (pimentão, alface, cenoura, beterraba e mamão) são produzidos em âmbito local, mas destaca-se que os participantes dos programas relataram não utilizar defensivos agrícolas. Desse modo, destaca-se que os programas de compras governamentais do município podem ter a chance de comercializar alimentos saudáveis e de qualidade que contribuem para promoção da saúde do público-alvo.

Segundo os entrevistados, são empregadas técnicas para o controle de pragas como misturas naturais que utilizam: ninho, pimenta, detergente, fumo, óleo, esterco, urina de vaca, cal, ureia, sabão, extrato de plantas, leite, capim, rapadura, além do uso de estratégias para captura de insetos e outras pragas, como luz, cola e papel laminado. Considera-se neste

resultado o fato de que os agricultores entrevistados fazem ou já fizeram parte da feira agroecológica que pressupõe produção sem agrotóxicos.

Acerca da comercialização dos produtos, a maioria dos participantes dos programas afirmaram que os alimentos produzidos não são exclusivos para comercialização e referiram que também realizam o autoconsumo, 88,9% do PAA e 93,3% do PNAE. Semelhante ao obtido nesse estudo, Silva (2018), obteve em sua pesquisa que 93,3% dos agricultores entrevistados, além da comercialização, também realizavam o autoconsumo dos alimentos produzidos.

Esse dado demonstra que a contribuição da agricultura familiar não se limita apenas a geração de renda, mas também, na oferta de uma alimentação de qualidade para as famílias dos agricultores. Além disso, o dinheiro que seria utilizado para comprar esses alimentos que são produzidos pelos agricultores, como expressa a fala abaixo, pode ser investido em outras necessidades, não somente na alimentação, viabilizando a garantia da SAN neste domicílio.

*“Em vez da gente comprar, a gente já tem lá na nossa produção, tem o alimento dentro de casa.” (Entrevistado A)*

Corroborando com a afirmação do agricultor, Grisa, Gazolla e Schneider (2010), explicam que o autoconsumo permite que o agricultor economize recursos que seriam utilizados para aquisição de alimentos e possam destiná-los para outras necessidades importantes.

Ciente de que a produção destes agricultores, em sua maioria, era suficiente para vender na feira agroecológica, para vender para os programas governamentais e, ainda, para consumo da família, foi realizado o questionamento sobre a comercialização em outros locais e observou-se que 88,9% dos participantes do PAA e 80% dos do PNAE tem outras formas de comercialização. Destes, respectivamente, 37,5% e 33,3% citaram outra forma de venda, referida como entregas a domicílio, 25% e 33,3% relataram vender para atravessadores, 12,5% e 16,7% relataram comercializar em feiras livres e o mesmo percentual, comercializam também na própria casa.

Semelhante aos dados obtidos, em estudo realizado também no município de Cuité, verificou-se que 49,3% dos agricultores vendiam seus produtos direto ao consumidor, 46,4% vendiam para atravessadores, 18,8% para mercados e 2,9% para o governo (PALMEIRA; SANTOS, 2015). Dessa forma, sugere-se que houve um aumento significativo na participação de agricultores em programas do governo no município e assim, é possível que a comercialização para atravessadores também tenha sido reduzida. Outras possibilidades de inserção em mercado locais podem ter surgido e gerado mais autonomia para o pequeno agricultor em relação aos atravessadores, a exemplo da Feira Agroecológica (iniciou suas

atividades no ano de 2017). Porém, ainda sim, a participação de atravessadores é bastante frequente na agricultura familiar, e especialmente em Cuité, o número ainda é alto.

Nesse sentido, cabe destacar que as vendas para canais diretos, oportunizam a redução de custos e o aumento do lucro dos produtores, associado a isso a comercialização em programas de compras da agricultura familiar, contribui para o fortalecimento da autonomia do agricultor sobre os atravessadores, pois oportuniza a comercialização em novos mercados (GRISA et al., 2011; NASCIMENTO et al., 2016).

Entretanto, a comercialização dos produtos em locais diferentes da feira agroecológica ainda é desafiadora para o produtor que tem uma produção orgânica e diferenciada, o que foi mencionado em algumas das entrevistas:

*“[...] Já chegou vez de gente na feira por minha tomate ser ter um tamanho menor, a coloração diferente, dizer: “eu não quero saber de tamanho, nem de cor não, de qualidade não, eu quero saber de quantidade.” (Entrevistado B)*

Nessa perspectiva, os programas de compras governamentais são um importante incentivo, pois favorecem o escoamento desse tipo produção. Conforme as resoluções dos referidos programas, Resolução grupo gestor PAA nº 59/2013 e Resolução CD/FNDE nº 26/2013, são priorizados os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos no processo de aquisição de alimentos:

§ 2º ”devem ser priorizados nas aquisições os beneficiários fornecedores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, beneficiários do Programa Bolsa Família, mulheres, **produtores de alimentos orgânicos ou agroecológicos**, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e demais povos e comunidades tradicionais e o público atendido por ações do Plano Brasil Sem Miséria (BRASIL, 2013 - *grifo nosso*).

Art. 19: A aquisição de gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista, observando as diretrizes desta Resolução e deverá ser realizada, **sempre que possível, no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, priorizando os alimentos orgânicos e/ou agroecológicos** (BRASIL, 2013 - *grifo nosso*).

O aumento da possibilidade de venda está diretamente relacionado com o lucro que o produtor pode vir a ter e, nessa perspectiva, com relação a renda familiar, 44,4% dos agricultores participantes do PAA e 33,3% dos participantes do PNAE possui como única fonte de renda, a agricultura. Quanto aos que responderam possuir outras fontes de rendas (55,6% e 66,7%), declararam receber bolsa família, benefício de prestação continuada (BPC), aposentadoria e realizar atividades extras que não foram especificadas.

Desse modo, sugere-se que as demais formas de obtenção de renda, são importantes pois contribuem de maneira significativa para atender necessidades básicas e investir na produção.

Ademais, a agricultura familiar, em alguns casos, pode não ser suficiente para garantir todas as necessidades do núcleo familiar.

Em estudo realizado com 29 comunidades do Semiárido Potiguar, obteve-se que a maior parte dos agricultores (92%) possuem outras fontes de renda além das atividades agropecuárias e somente, 6,6% possuem como única fonte de renda as atividades desempenhadas na propriedade. Quanto aos que relataram outras fontes de renda, 45,6% relataram possuir pensões e aposentadorias e 43,6% obtêm parte da renda com o Programa Bolsa Família. Do percentual que possui renda externa, 56,4% declararam que a renda fora da propriedade é maior do que a gerada internamente (ANDRADE; SOUZA; SILVA, 2013).

Segundo Buainain e Garcia (2013), os programas de proteção social em geral, podem gerar mais estabilidade aos pequenos agricultores e inclusive fortalecer a produção para autoconsumo. Nesse sentido, vale destacar a importância das estratégias adotadas pelos últimos governos no combate à pobreza, em especial as ações e estratégias de proteção social, principalmente para o meio rural, pois atuam na complementação da renda familiar e na garantia de necessidades básicas, tendo em vista as possibilidades limitadas de obtenção de renda no campo.

## 5.2 FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS

Nesse tópico serão apresentados os principais resultados sobre o funcionamento e as características da comercialização no PAA e PNAE no município, sob a percepção dos gestores e dos agricultores participantes dos programas. Tais resultados, são importantes para auxiliar no entendimento dos resultados posteriores sobre o impacto e avaliação dos programas.

Com relação ao PAA, segundo o gestor do município, o programa não está funcionando atualmente em Cuité, o mesmo aponta como principal motivo o corte orçamentário que reduziu drasticamente o número de projetos aprovados. Quando questionado sobre a última vez em que o programa funcionou no município, ele relatou que os alimentos foram distribuídos até meados de março/abril de 2018, no projeto aprovado em 2017 executado pela Associação dos Agricultores e Fruticultores de Nova Floresta, que inseriu o CRAS Joana D'arque de Cuité como a unidade recebedora.

O gestor também declarou que a única associação apta do município, a Associação Rural dos Fruticultores do Sítio Bujari, chegou a inscrever um projeto no PAA net, que não foi aprovado. Além do corte orçamentário mencionado anteriormente, o gestor aponta como

dificuldade para aprovação do projeto a “desorganização” das associações, como pode ser observado na fala abaixo:

*“As dificuldades é justamente essa, da gente não ter não ter mais orçamento, praticamente acabou, essa é a maior dificuldade e a dificuldade também das associações desorganizada, porque é a secretária em si, ela não pode fazer o projeto, quem deve fazer o projeto é a associação.”* (Gestor do PAA, 2018)

Ao tratar desta “desorganização” menciona como resultado da falta de apoio técnico e de informação para que os agricultores pudessem se organizar socialmente, emitir suas DAPs e concorrer com os projetos. A observação do gestor remete a alguns das condições para participação dos agricultores no PAA e também de outras chamadas públicas, como dispor de DAP’s e mantê-las em dia, organizar-se em associações, cooperativas ou grupos informais, dentre outras questões para participação em programas de compras governamentais.

Segundo a Transparência Pública do PAA, o último projeto aprovado pela associação do município, funcionou na modalidade Compra com Doação Simultânea na qual os alimentos são adquiridos de agricultores familiares e são doados às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (BRASIL, 2014). Os recursos financeiros para aquisição dos alimentos, tinham origem do extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

O último projeto forneceu alimentos para o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) Joana D’arque, porém, segundo o gestor, já houve distribuição para o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV), para ONG Sonho de Criança, para o Hospital e para algumas escolas e creches do município. Sobre essa articulação na distribuição, ele destaca:

*“[...] Eu acho interessante, porque o seguinte, o PAA além de de você distribuir pras pessoas carentes [...] essa articulação que a gente fazia tanto diminuía o financeiro público e a gente também é ajudava os pequenos empreendedores daqui, agrícola, né.”* (Gestor do PAA, 2018)

No que se refere a escolha dos produtos, as associações, ou seja, as organizações fornecedoras, são as responsáveis por determinar o que os produtores irão fornecer. Segundo o gestor, a partir disso, a associação elabora o projeto e entra em contato com o órgão distribuidor para receber os produtos que foram definidos pelos membros da associação. A própria associação, inscreve o projeto no PAA net, que de acordo com o gestor, abre todo ano no mês de abril e fica disponível durante todo o mês para inscrição dos projetos. Para iniciar a aquisição de alimentos é necessário a aprovação da proposta, que requer o cadastramento dos produtos que serão fornecidos e os preços, dos fornecedores, das entidades aptas a receber os produtos e a emissão de cartões bancários (BRASIL, 2014).

Quanto a entrega e distribuição dos alimentos relatou não ter dias fixos e que, na maioria das vezes, a associação entrava em contato com a unidade recebedora no dia anterior, informava a quantidade e os produtos que iriam ser entregues. A partir disso, a população era informada através das redes sociais e da rádio.

*“[...] o planejamento do PAA ele é muito, muito louco pra você fazer, porque a gente depende da produção da associação e pra não estragar a mercadoria também, é um produto perecível, né, ele tem que ligar rápido e diz ‘Isso só pode ir até amanhã’, então na hora que chegava a gente já embalava, a equipe da assistência social, então a gente já comunicava, já distribuía.”* (Gestor do PAA, 2018)

No recebimento dos alimentos, funcionários da unidade recebedora ficam responsáveis por inspecionar e fiscalizar a qualidade e quantidade dos produtos que estão sendo entregues, para que, a partir disso, ocorra a distribuição dos produtos às famílias atendidas pela rede socioassistencial do município. A entrega para outras instituições dependia da quantidade dos produtos que, em sua maioria, eram sazonais e durante as safras o volume de alimentos era alto, portanto, era necessário distribuir para outras instituições.

Já com relação ao funcionamento do PNAE, segundo a responsável técnica (RT), a gestão do programa no município é centralizada, de modo que a prefeitura é a entidade executora responsável por comprar os alimentos e distribuí-los para as escolas, bem como pelo acompanhamento, supervisão e prestação de contas do programa. Em relação aos recursos financeiros para execução do programa, os repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) são transferidos diretamente para contas específicas do PNAE (BRASIL, 2008).

Para a aquisição dos alimentos da agricultura familiar, foi relatado que primeiro ocorre o mapeamento da produção local realizado através de visitas técnicas às localidades rurais para construção do cardápio, a partir da identificação da quantidade, da diversidade e da sazonalidade dos produtos. Para esta fase do mapeamento a gestora enfatiza a importância da articulação com outros setores e relata que enfrenta dificuldades para estabelecer essa parceria, como explica na seguinte fala:

*“[...] é muito difícil eu me articular, me articular com outras secretarias ou então com outros órgãos [...] principalmente nessa etapa de mapeamento, ela é muito importante, mas eu não consigo [...]”* (Responsável Técnica PNAE, 2018)

A aquisição de alimentos da agricultura familiar ocorre através de duas chamadas públicas, janeiro/fevereiro e em agosto, que são divulgadas por meio de rádio, carro de som e o edital disponibilizado no sindicato e nas secretárias de assistência social e agricultura.

Segundo a RT do PNAE, assim como no PAA, há priorização de assentados e produtores orgânicos de acordo com a Resolução 26/2013, que estabelece no art. 19 a priorização de

alimentos orgânicos e/ou agroecológicos e, no art. 24, que 30% do recurso do programa seja utilizado na aquisição de produtos da agricultura familiar ou de suas organizações, priorizando assentados e comunidades tradicionais.

No último ano (2018), 21 agricultores participaram do programa através da Associação Rural dos Fruticultores do Sítio Bujari, sendo comprado um total de 62% do recurso, segundo a gestora. Ainda destacou que 2017 e 2018 foram os primeiros anos em que o município atingiu a meta de compras de produtos da agricultura familiar. Atualmente, 23 instituições da rede pública de ensino são contempladas pelo PNAE no município.

Quanto aos alimentos fornecidos pela agricultura familiar para merenda escolar, foram identificados junto aos agricultores os principais alimentos comercializados no PNAE, cujos percentuais estão expressos na tabela a seguir:

**Tabela 3** - Produtos comercializados no PNAE, Cuité, 2018.

<b>Alimentos</b>	<b>Percentual</b>
Coentro	84,6%
Jerimum	69,2%
Cenoura	69,2%
Melancia	61,5%
Couve	61,5%
Tomate	53,8%
Batata Doce	53,8%
Mamão	46,2%
Cebola	46,2%
Beterraba	46,2%
Pimentão	38,5%
Maracujá	38,5%
Cebolinha	30,8%
Milho	15,4%
Macaxeira	15,4%
Feijão	15,4%
Acerola	15,4%

**Fonte:** dados da pesquisa (2018)

Entre os principais produtos comercializados, estão o coentro (84,6%), jerimum (69,2%), cenoura (69,2%), melancia (61,5%), couve (61,5%), tomate (53,8%) e batata doce (53,8%), ambos comercializados por mais de 50% dos participantes do programa entrevistados. De maneira geral, observa-se que os produtos são bem variados e compreendem os grupos de hortaliças, legumes, frutas e tubérculos. Nesse sentido, supõe-se que o cardápio escolar apresenta variedade em alimentos *in natura*, proporcionando aos comensais uma alimentação saudável e conseqüentemente, estimulando hábitos e práticas alimentares saudáveis. Além disso, contribui para o desenvolvimento sustentável e para incentivo da agricultura familiar do município, conforme as diretrizes estabelecidas na Resolução 26/2013.

As entregas desses alimentos ocorrem semanalmente, sempre na segunda-feira, sob supervisão da nutricionista quanto à pesagem e qualidade dos alimentos. Em relação a treinamentos, capacitações ou cursos disponibilizados para os agricultores, geralmente a nutricionista realiza capacitações semestrais, porém, segundo a mesma, ocorrem sempre que necessário. Foram realizadas capacitações em torno do manual de aquisição de produtos da agricultura familiar após observar que nem todos estavam cientes das etapas da chamada pública, e também sobre a qualidade dos produtos.

Essa relação com os agricultores é muito importante, pois facilita a comunicação entre ambos. Dessa forma, o agricultor tem mais confiança para fornecer seus produtos, tirar dúvidas, atender os critérios de qualidade e comparecer nas capacitações e reuniões. E, por outro lado, a nutricionista pode conhecer melhor a produção local e explorar mais possibilidades para o cardápio. A fala abaixo retrata a forma de comunicação entre nutricionista e agricultores do PNAE no município:

*“[...] esse ano, a gente conseguiu estabelecer uma relação muito boa, ano passado o programa teve dificuldade, porque ele demorou a iniciar, então a gente teve problemas, eu também tava iniciando aqui, alguns deles também estavam começando a entregar pro PNAE, então a gente foi se ajustando, esse ano foi muito melhor, né (rsrs). A gente conseguiu se comunicar mais, éé... eu tive oportunidade de de de ir nos sítios onde eles produzem e tal, a gente tem muito mais contato, mais afinidade agora, então... ééé... hoje em dia eu eu sinto que é um trabalho mútuo, que a gente colabora, né, eu acho que... hoje a gente é mais afinado (rsrsrs).”* (Responsável Técnica PNAE, 2018)

Após analisar o funcionamento dos programas sob a perspectiva dos gestores, outros aspectos devem ser considerados a partir da percepção dos agricultores para compreender esta relação em ambos os programas, à exemplo das formas de divulgação e acesso à informação, a presença de apoio técnico, a sustentabilidade e dificuldades encontradas na produção local, dentre outros, que influenciam na participação e permanência no programa.

A respeito do conhecimento dos programas, dos participantes do PAA relataram ficar sabendo da existência deste por meio do sindicato (77,8%), companheiros/associação/cooperativa (22,2%) e por intermédio de outros, referindo-se a secretária de assistência social (11,1%). Já em relação a existência do PNAE, os participantes souberam através do sindicato (60%), companheiros/associação/cooperativa (46,7%) e secretária de agricultura/governo (6,7%). Também foram relatados outros meios (33,3%), dentre eles, citaram EMATER, assistência social, rádio, prefeitura e secretária de educação.

Desse modo, observa-se que espaços de organização social como sindicatos e associações são importantes instrumentos no fortalecimento da agricultura familiar, pois atuam não só na defesa de direitos, mas também na facilitação do acesso a informação. Tal contribuição pode ser observada nas seguintes falas dos agricultores:

*“Foi através do sindicato que eles fazia reunião na com associação ai tudo a gente participava lá, tudo era... só vinha mais através do sindicato.”* (Entrevistado C)

*“Tudo é informação do sindicato, aí nós se informa, eles avisam a gente e a gente já vamo tomando informação.”* (Entrevistado D)

As organizações sociais, à exemplo dos sindicatos, cooperativas e associações, caracterizam-se pela reunião de pessoas com interesses em comum. Os sindicatos têm como principal objetivo defender e representar uma determinada classe trabalhadora e especificamente os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), atuam principalmente pressionando o Estado com relação ao cumprimento dos benefícios legítimos da classe e na execução de políticas de crédito agrícola, assistência técnica e assistência social. Já as associações buscam diminuir as dificuldades de produção e promovem a articulação com os demais agentes sociais. Enquanto que as cooperativas atuam das duas maneiras. Tais organizações podem atuar juntos ao Estado ou até mesmo contra, a depender dos interesses definidos pelo grupo (SANTOS; SILVA, 2010).

Nesse sentido, destaca-se que o acesso a programas de compras governamentais, contribuem para o fortalecimento dessas organizações sociais, pois geram mais conhecimento sobre gestão administrativa e mercados, proporcionam reconhecimento social, político e econômico e oportuniza o acesso a outros recursos importantes (GRISA et al., 2011).

Os participantes também realizaram uma avaliação de como foi para conseguir as informações necessárias para participar do PAA e PNAE e ambos os programas obtiveram o mesmo percentual, 66,7% afirmaram ser fácil e 33,3% difícil. Dentre os motivos apontados como principal dificuldade, destacaram o acesso à informação.

Verifica-se que mesmo com a participação de organizações sociais e de outras instituições e parcerias, um percentual significativo dos participantes dos programas relatou ter dificuldades com o acesso a informação para participar do programa. Segundo o estudo de Camargo, Baccarin e Silva (2013), uma das principais dificuldades encontradas pelos entrevistados sobre o PNAE, foi a falta de informação sobre a existência do programa. Os autores destacam que os agricultores não procuram ou não tentam acessar o programa devido o desconhecimento da sua existência. Isso demonstra que o acesso a informação por parte dos agricultores ainda é uma dificuldade frequente para execução dos programas de compras governamentais e existe a necessidade de promover uma maior articulação entre os programas e as instituições que trabalham com a agricultura para facilitar esse acesso, tanto da sociedade civil quanto do governo.

No que se refere ao apoio técnico, 77,8% dos participantes do PAA, recebe ou já recebeu apoio técnico. Desses, 57,1% disseram receber por meio de outras instituições de assessoria, dentre as quais, foram mencionadas, SEBRAE, banco e PROSPERAR, 42,9% receberam apoio por meio da associação, 28,6% pela prefeitura e 14,3% pela EMATER. Já referente aos participantes do PNAE, 80% deles relataram receber apoio técnico, sendo este através da associação (50%), prefeitura (25%), EMATER (25%) e por meio das outras instituições (50%), mencionadas anteriormente. Quando questionados sobre o tipo de apoio técnico, em ambos os programas, foram relatadas orientações acerca da produção, maioria agroecológica.

Destaca-se que mais uma vez as associações tiveram uma participação importante e dessa vez, no aprimoramento da produção. Além disso, verifica-se que o apoio de outras instituições de assessoria como EMATER, SEBRAE e até mesmo por meio do governo municipal, tem uma relevante contribuição em aspectos da produção desses agricultores.

No estudo realizado por Costa, Júnior e Silva (2015), verificou-se que dentre as 19 cooperativas estudadas, 93% delas recebiam assistência técnica, sendo 39% por meio da EMATER, 18% por ONG's e 36% por universidades, SEBRAE, instituições privadas e outras formas de organizações que prestam assessoria. Sobre o tipo de assessoria, a maior parte era destinada as condições de produção ou assessorias individualizadas, semelhante ao obtido nessa pesquisa.

Verifica-se que boa parte dos agricultores que participam dos programas já recebeu algum tipo de apoio técnico, porém, ainda sim, segundo os agricultores é insuficiente, como o agricultor descreve na fala a seguir:

*“Nós também merecia mais assistência técnica, que a assistência que a gente tem aqui é meia... não tem assistência. Se tivesse mais assistência com certeza a produção seria mais melhor, né?” (Entrevistado E)*

De acordo com pesquisa realizada por Santos et al. (2017), verificou-se que todos os agricultores que receberam cursos ou capacitações de órgãos e instituições de assistência técnica, relataram melhorias na atividade agrícola, tanto no aspecto da produção como da comercialização. Palmeira e Santos (2015), reforçam que existe a necessidade da profissionalização da agricultura familiar para que a mesma tenha a chance de competir diante da variedade de produtos oferecidos no mercado tradicional e isso requer preços atrativos, qualidade e inovação. No entanto, as autoras destacam que para tal, é necessário o investimento em empreendedorismo.

Dessa maneira, cabe destacar ainda, que além da assistência técnica voltada para produção mencionada pelo entrevistado anteriormente, há a necessidade de mais assistência direcionada a qualidade do produto, orientações sobre a comercialização e sobre os programas direcionados a agricultura familiar, pois tais aspectos, são muito importantes para garantir uma produção satisfatória e para melhorar aspectos da produção e comercialização desses agricultores.

Com relação as dificuldades de produção dos participantes do PAA e PNAE, respectivamente, 88,9% e 86,7% relataram ter dificuldades para produzir e 11,1% e 13,3% disseram não ter nenhuma dificuldade.

Dos que relataram dificuldades de produção, 75% dos participantes do PAA e 76,9% dos participantes do PNAE, relatou ter outras dificuldades além das descritas no questionário, dentre as quais foram citadas: as pragas, o clima da região, poucos locais para escoamento da produção, estradas desgastadas, falta de sementes de boa qualidade, irrigação, terreno insuficiente e transporte. Além dessas, dos participantes do PAA e PNAE que relataram dificuldades de produção, 25% e 46,2% declararam ter problemas de acesso a água, 25% e 23,1% falta de assistência técnica e os mesmos percentuais de ambos os programas, dificuldade com recurso/acesso ao crédito.

Em estudo sobre as condições de vida e de insegurança alimentar e nutricional (ISAN) do município de Cuité, foram identificados alguns pontos que contribuíam para situação de ISAN dos domicílios situados na zona rural do município. Dentre os principais problemas relatados na dimensão da produção e disponibilidade de alimentos, estava a participação de atravessadores na região. Especificamente na região 2, composta pelos sítios Brandão, Boa Vista, Alegre, Serra do Negro, Tamanduá e Jucá, observou-se que a participação de atravessadores chegava a 56,2% e segundo a autora, poderia ser justificado pela dificuldade de acesso ao local e conseqüentemente, pela dificuldade do transporte dos alimentos (RIBEIRO, 2014). Nesse sentido, cabe destacar que 44,4% dos participantes do PAA e 46,7% dos

participantes do PNAE, fazem parte da região 2 descrita pela autora e que as suposições propostas por ela e as dificuldades de produção encontradas nesse estudo foram semelhantes.

Já no estudo realizado em Bananeira/PB com agricultores participantes do PAA e PNAE foram apresentados alguns problemas de produção como a insegurança na comercialização e na disponibilidade de canais que absorvam toda a produção (47%), pragas (20%), clima (13%) e outro (20%). O estudo também avaliou aspectos da comercialização e obteve as seguintes dificuldades: sazonalidade (46%), especialmente no PNAE devido os produtos dos cardápios não serem produzidos durante todo o ano, preço (20%), legislação sanitária (13%), impostos (7%), cardápio regional (7%) e outro (7%) (SILVA, 2011). Além dessas dificuldades, a agricultura familiar na região do Nordeste, especialmente no semiárido, sofre com a escassez de recursos naturais, problemas climáticos e de infraestrutura e acessibilidade, o que dificulta a produção (RAMOS, 2014).

Entretanto, apesar das dificuldades mencionadas pelos agricultores, 77,8% dos participantes do PAA e 80% dos participantes do PNAE, afirmaram que conseguem produzir o ano inteiro e entre os que relataram não produzir o ano todo (22,2% e 20%), apontaram como motivos a falta de água, as pragas e o clima.

Nessa direção, foi avaliado se agricultores que participavam do PAA e/ou PNAE, também faziam parte de programas de incentivo à produção, como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Uma Terra Duas Águas (Programa Cisternas) e Programa Nacional de Sementes e Mudas (Programa Sementes). Verificou-se que dos participantes do PAA e PNAE, respectivamente, 88,8% e 80% participavam do PRONAF e do Programa Sementes e 44,4% e 33,3% participavam do Programa Cisternas.

O PRONAF utiliza linhas de créditos com taxas de juros mais baixas para custeio e investimento na produção de agricultores, já o Programa Cisternas, investe em tecnologias de captação e armazenamento da água da chuva para dar condições às famílias rurais para produção de alimentos e o Programa Sementes, busca ampliar o acesso de agricultores familiares as sementes crioulas para manutenção da biodiversidade. De maneira geral, esses programas visam melhorar condições de produção (BRASIL, 2011; SOUZA, 2014; SILVA et al., 2018).

Assim, sugere-se que a participação nesses programas, tanto de incentivo à produção como de facilitação da comercialização, contribui para que os agricultores consigam produzir o ano todo, mesmo apresentando algumas dificuldades. Entretanto, é necessário buscar possibilidades de superação dessas dificuldades, como uma maior articulação entre programas

de incentivo à produção e de compras governamentais, proporcionar mais assistência técnica e uma maior contrapartida do governo, seja fornecendo transporte ou investindo e aperfeiçoando os programas já existentes. Além disso, o papel das organizações sociais também é relevante nesse processo, pois a partir delas, é possível reivindicar melhorias ou ainda conseguir subsídios e infraestrutura que possam beneficiar aos produtores na superação das dificuldades de produção e comercialização.

### 5.3 IMPACTOS DOS PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS NA PRODUÇÃO E NA QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Para compreender e melhor analisar os programas estudados, foram utilizadas variáveis para verificar de que forma aspectos da produção, comercialização e da vida dos agricultores foram influenciados pela participação no PAA e PNAE.

No que se refere ao impacto dos programas na produção e comercialização foram avaliados como ficou a qualidade dos produtos comercializados, se houve dificuldades para alcançar os critérios de qualidade dos programas, como ficou a comercialização em outros locais e se houve aumento e diversificação na produção.

Dos participantes do PAA, 66,7% afirmou que houve melhora na qualidade dos produtos e 33,3% relataram que continuou a mesma coisa. Semelhante a esse dado, em relação ao PNAE, 60% dos participantes declarou que houve melhora na qualidade dos produtos e 40% que não mudou. Sobre a melhora da qualidade dos produtos, os agricultores explicam:

*“Melhorou muito [...], porque lá eles só recebe tudo de qualidade, a gente tem que [...] eles dizia como é que plantava, como é isso, como é tal, ai a gente fazia.”*  
(Entrevistado C)

*“[...] Eles só recebia a mercadoria se fosse dentro dos padrões exigidos pelo pelo programa, se não tivesse dentro dos padrão, eles devolvia [...]”* (Entrevistado F)

Em ambos os programas, os produtos são inspecionados no recebimento. Dessa forma, sugere-se que o agricultor se preocupa com a qualidade para evitar o retorno dos produtos. Segundo uma pesquisa realizada no município de Espera Feliz/MG com agricultores participantes do PAA e PNAE e representantes de entidades de apoio (EMATER, Secretarias municipais de educação e a Cooperativa da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz – Coofeliz), verificou-se que houve aumento na qualidade dos produtos fornecidos em virtude das exigências dos programas, isso porque os agricultores passaram a se preocupar com a qualidade do alimento produzido (CUNHA; FREITAS; SALGADO, 2017).

Quanto ao atendimento dos critérios de qualidades dos alimentos, dos participantes do PAA e PNAE, respectivamente, 77,8% e 73,3% afirmaram que não tiveram nenhum problema

e 22,2% e 26,7% relataram alguns problemas. Dentre os problemas 50% dos participantes do PAA e 75% dos participantes do PNAE, relataram o não conhecimento das exigências sobre a qualidades dos produtos; 50% dos participantes do PAA relataram a falta de experiência no início da comercialização no programa; e 25% dos participantes do PNAE, disseram receber reclamações devido o amadurecimento excessivo dos produtos.

No tocante ao aumento da produção, todos os participantes do PAA relataram ter aumentado a produção para comercializar no programa e no PNAE, 93,3% aumentaram a produção. Na pesquisa de Cunha, Freitas e Salgado (2017), a maioria dos entrevistados (83,6%) relatou que houve aumento da produção após a participação no PAA e PNAE, e associado a esse aumento, relataram maiores investimentos e diversificação da produção.

No que se refere a comercialização, dos participantes do PAA e PNAE, respectivamente, 66,7% e 60% relatou que a participação no programa não interferiu na comercialização em outros locais e 33,3% e 20% atestaram que aumentou/aumentou muito. Especificamente quanto aos participantes do PNAE, 20% declarou que houve uma diminuição na comercialização em outros locais.

A maior parte dos entrevistados relatou que a participação nos programas não interferiu na comercialização em outros locais, pois os mesmos aumentavam a produção para manter a demanda de vendas, como pode ser observado na fala:

*“Aumentei um pouquinho, só um pouquinho porque e não tinha, antes eu prantava bem pouquinho cebola, só era só mais coentro mesmo, aí depois que eu fui pra escola eu tive que aumentar mais né, por causa que eu preciso de ir pra feirinha e pra escola, né?”* (Entrevistado G)

Nesse sentido, o aumento da produção explica a permanência desses agricultores nos demais canais de comercialização, de modo que não tiveram que optar entre um canal de comercialização e outro, mas mantiveram os demais e ampliaram a diversificação das fontes de renda familiar.

Quanto ao percentual que relatou aumento na comercialização em outros locais, supõem-se que ocorreu devido as possibilidades de investimento na produção, em virtude do aumento do lucro dessas famílias. Já em relação ao percentual que relatou diminuir a comercialização, pode ser justificado pelas dificuldades encontradas na produção discutidas anteriormente, dessa forma, os agricultores podem ter problemas para atender a demanda e acabam optando por atender satisfatoriamente o fornecimento de um dos canais, diminuindo nos demais.

Ainda sobre o impacto na produção, 88,9% dos participantes do PAA e 73,3% dos participantes do PNAE, afirmaram que a comercialização no programa permitiu o aumento na

diversificação da produção e somente 11,1% e 26,7%, respectivamente, não conseguiram esse mesmo resultado. O fato da maioria dos agricultores de ambos os programas afirmar aumento na diversificação pode ser justificado pela compreensão de que os programas adquirem grande variedade de produtos e que, por isso, os agricultores tendem a produzir outros alimentos para conseguir fornecer mais produtos para o programa. Como pode ser observado na fala a seguir:

*“Um exemplo, antes do PNAE o que eu produzia aqui era só o coentro e o pimentão. Aí quando veio o PNAE, aí a escola queria cenoura, beterraba, jerimum, veio pedir a melancia, aí ‘nós tinha’ que diversificar. Por isso que eu digo que melhorou a produção por causa disso, ‘eles pediu’ que nós plantasse mais isso, aí a produção aumentou.” (Entrevistado E)*

Além desses, outros aspectos podem contribuir para essa diversificação, como possibilidades de investimento e melhores condições de custeio da produção, associados a apoio técnico. Com isso, sugere-se que os agricultores podem dinamizar a produção para ter mais chances de comercialização em outros locais.

Sobre a frequência de assistência técnica, após a participação no PAA e PNAE, respectivamente, 55,6 % e 60% dos participantes relataram que não mudou, 22,2% e 33,3% que houve aumento, e 22,2% e 6,7% declarou que diminuiu. Observa-se que a assistência técnica para produção, de modo geral, não sofreu mudanças significativas após a inserção nos programas, e cabe destacar, que a falta de assistência técnica foi um problema relatado pelos agricultores. Nesse sentido, considerando que a maior parte dos entrevistados aumentou a produção e possui outros canais de comercialização, o apoio técnico é fundamental para manter a comercialização em outros locais com a mesma produtividade e qualidade.

Segundo Grisa et al. (2011), a participação em programas de compras governamentais a exemplo do PAA, requerem organização, planejamento da produção e atendimento dos critérios de qualidade do programa. Desse modo, a assistência técnica deveria estar associada aos programas, pois a falta dela, configura-se como uma dificuldade vivenciada pelos agricultores.

Sobre o impacto na família do agricultor, após a participação nos programas, foram avaliados a renda e o autoconsumo. No que diz respeito a renda familiar, todos os participantes de ambos os programas, afirmaram ter aumentado.

Segundo Oliveira (2015), em estudo realizado com agricultores participantes do PAA e PNAE, sob a percepção da renda após a participação nos programas estudados, verificou-se que 83,95% dos participantes do PAA e 92,86% dos participantes do PNAE, relataram que a renda ficou maior/muito maior. No estudo de Fritzen (2013), observou-se que a renda obtida com o PNAE era mais significativa para algumas famílias e menos para outras, no entanto,

contribuíam para permanência no campo. Assim, a autora sugere que a renda obtida com a participação no programa, contribui para o custeio de despesas e para o investimento da produção. Segundo Silva (2011), em estudo realizado com participantes do PAA e PNAE, 54% dos entrevistados julgaram que os programas trouxeram melhorias da qualidade de vida. Nessa direção, sugere-se que o aumento da renda familiar evidenciado, contribui tanto para melhoria das condições de produção como também para qualidade de vida dessas famílias.

Já com relação ao autoconsumo dos alimentos produzidos, dos participantes do PAA, 66,7% afirmou ter aumentado e 33,3% relatou que não mudou. Quanto aos participantes do PNAE, 53,4% declarou que houve um aumento no autoconsumo e 46,7% que não mudou. Assim, o autoconsumo dos alimentos produzidos, promove parte de uma alimentação adequada e saudável para essas famílias, como foi discutido anteriormente. Ainda de acordo com o estudo de Cunha, Freitas e Salgado (2017), as compras institucionais tiveram impactos positivos no autoconsumo das famílias dos agricultores entrevistados e os autores associam esse resultado ao aumento e a diversificação da produção ocorridos com a participação nos programas.

Diante dos dados apresentados, verifica-se que com relação ao impacto dos programas, os resultados foram semelhantes. Sugere-se que a participação em programas como o PAA e PNAE influenciam positivamente na produção, na comercialização e na vida dos agricultores. Os aspectos da produção, associados à permanência da comercialização em outros locais e ao aumento da renda familiar, tendem a contribuir para o investimento na produção, na superação das dificuldades e na melhora da qualidade de vida dos agricultores.

Entretanto apesar dos resultados positivos na produção, os dados apontam para a necessidade de maior investimento em assistência técnica para os produtores participantes dos programas, a fim de que os mesmos possam produzir em quantidade com qualidade, para venda e também autoconsumo, como forma de contribuir para a garantia da SAN das famílias e também para geração de renda que oportunize o suprimento de outras necessidades da família.

#### 5.4 AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS NA ÓTICA DOS AGRICULTORES FAMILIARES

Neste tópico serão apresentados os resultados sobre a avaliação dos programas, nas perspectivas dos gestores e dos participantes dos programas. Com relação aos gestores, foram destacadas as principais vantagens e desvantagens dos programas. Já com base nas entrevistas com os agricultores, foi realizada uma avaliação geral sob a percepção dos mesmos e destacadas as principais vantagens e desvantagens dos programas.

No que se refere a importância do PAA para o município, o gestor destaca que o programa é um grande incentivo para agricultura familiar local e que também beneficia as famílias atendidas pela rede socioassistencial. Como explica na fala:

*“[...] é um programa essencial tanto para as pessoas carentes, né, e e pra ajudar na na produção mesmo [...] então dava uma melhorada na vida de bastante família, tanto pra distribuição das das famílias de baixa renda, como também [...] Então o PAA, é um incentivo pra que você produza e comece o seu comércio ali, vendendo suas frutas na agricultura familiar ali, colocando mulher, filho eee produzindo o alimento e tendo sua renda e produzindo o de você se alimentar também [...]”* (Gestor do PAA, 2018)

Além disso, o gestor destaca a vantagem de que, para execução do programa, o município não precisa realizar uma contrapartida financeira ao passo que reduz as despesas com as instituições públicas. Segundo ele, o programa não possui nenhuma desvantagem para o município, mas destaca alguns pontos que poderiam ser melhorados no programa:

*“ Eu acho que o o PAA ele deve melhorar [...] nos critérios de de seleção pras associações, porque eles colocam uns critérios lá de avaliação, as associações cumpre todos os critérios e num são aprovado [...] colocar critérios e num funcionar, então isso desmotiva os agricultores, eu acho que isso é um dos principais erros do PAA.”* (Gestor do PAA, 2018)

É necessário destacar que o respectivo gestor, no pouco tempo de atuação no cargo, acompanhou apenas uma seleção de projeto do PAA que, segundo sua própria fala apresentada no tópico inicial, está em um período de corte orçamentário em que a seleção de projetos é consequentemente reduzida. Assim, há a possibilidade de que as associações correspondam aos critérios, no entanto, umas sejam priorizadas por ter outros critérios mais específicos, à exemplo dos assentamentos e do percentual de mulheres como foi discutido no início dos resultados deste trabalho.

Quanto a importância do PNAE para o município, a responsável técnica explica que o programa oferece uma alimentação adequada e saudável para alunos da rede pública de ensino, além de contribuir para o incentivo da agricultura da região. E faz o seguinte relato:

*“[...] é um programa de extrema importância, porque tem casos de extrema vulnerabilidade de alunos, e não só por parte do incentivo da agricultura familiar, isso é importante, mas em relação aos alunos, é primordial. Eu vi casos de de crianças que tem... a única refeição do dia deles é aquela, então, como não dizer que é um programa importante, né Tem crianças que vão pra fila da merenda, aí ela se alimenta, ela pega a comida uma vez, ela tá com tanta fome, que ela... enquanto ela tá com o prato na mão, ela já volta pra fila de novo e ela faz isso três, quatro vezes.”* (Responsável Técnica do PNAE, 2018)

Na avaliação do funcionamento, relatou-se que o programa funciona bem e que a contrapartida financeira do município proporciona um cardápio mais elaborado e, ao atingir a meta para agricultura familiar, atua como um importante incentivo. De forma semelhante ao gestor do PAA, a RT afirma que o programa não apresenta nenhuma desvantagem, mas sugere alguns pontos a serem melhorados:

*“[...] tem lá os seus problemas, mas que são mais ligados a logística, na verdade, não a a execução financeira, é nesse no setor agora de nutrição, a gente só tá com um carro e são 23 instituições, a maioria fica na zona rural, então a gente tem essa dificuldade as vezes de levar os produtos. Então é, acaba que eu não consigo manter um cronograma, eu acabo indo na demanda das escolas e eu acho que essa é uma dificuldade.”* (Responsável Técnica do PNAE, 2018)

No que se refere a avaliação dos agricultores, primeiro serão apresentados os motivos pelos quais eles resolveram participar dos programas e em seguida, com base nas avaliações realizadas por eles e nos dados referentes ao preço, serão analisados se as expectativas destacadas foram alcançadas durante a participação.

Quanto aos motivos que levaram os agricultores a participar do PAA e PNAE, respectivamente, 44,4% e 53,3% relataram ser em virtude da complementação da renda, 11,1% e 26,7% recomendação e 11,1% e 20% pelo preço pago pelo produto. Enquanto que 55,6% e 46,7% mencionaram outros motivos, dentre esses, por ser um canal fixo de escoamento da produção (60% e 42,9%), por ser mais uma possibilidade de comercialização (40% e 28,6%), por proporcionar mais qualidade de vida (40% e 28,6%), por ser um incentivo (20% e 14,3%), pelo aumento da renda e da produção (20% e 14,3%) e também por ser uma renda fixa (20% e 14,3%). Importa salientar que os entrevistados podiam marcar mais de uma alternativa ou descrever outras possibilidades como foi apresentado.

Segundo o estudo de Silva e Lima (2017), sobre os efeitos do PAA e PNAE na agricultura familiar em Petrolina, foram relatados motivos semelhantes para participação nos programas, dentre eles, a segurança dos pagamentos (50%), o preço atrativo dos produtos (40%) e 10% dos entrevistados relataram outros motivos (não especificados).

Quando questionados sobre o preço pago pelo produto no PAA comparado aos outros locais de comercialização, 55,6% afirmaram que é maior, 22,2% que é a mesma coisa e o mesmo percentual, declarou ser menor. Em relação ao PNAE, sobre essa comparação, 66,7% afirmaram que é maior e 33,3% que é a mesma coisa.

Nessa direção, segundo a avaliação da maioria dos entrevistados, os programas recebem produtos a preços melhores do que em outros mercados, porém, considerando a presença significativa de entrevistados que afirmaram ser a mesma coisa ou menor, ficam algumas reflexões em relação ao percentual que declarou ser menor: os preços praticados nos programas no município de Cuité são suficientes para custear a produção, principalmente considerando que em alguns períodos do ano há mais dificuldades de produção? É suficiente para arcar com outras despesas, como por exemplo a de transporte? Estão adequados ao mercado local, considerando as variações de preços durante o período de distribuição.

Semelhante aos percentuais obtidos nesse estudo, Oliveira (2015) verificou que sobre a percepção do preço pago pelo produto dos participantes do PAA, 53,08% afirmaram ser maior/muito maior, 29,63% igual e 17,29% menor/muito menor. Já dos participantes do PNAE, 57,14% declararam ser maior, 32,15% igual e 10,71% menor/muito menor. Entretanto, o autor utiliza o teste de significância no qual os percentuais devem ser iguais ou ultrapassarem 60% para comprovar estatisticamente que os valores foram positivos. Dessa forma, segundo a análise do autor, não é possível afirmar que os preços pagos pelos produtos adquiridos no PAA e PNAE são maiores que em outros mercados.

Sobre a avaliação do PAA, 66,7% afirmaram que o programa é ótimo e 33,3% bom. Os participantes destacaram alguns pontos que motivaram tais avaliações:

*“Aquele foi ótimo, porque você tinha seu produto e tinha aonde entregar diretamente e você já recebia, cê num tinha esse negócio de tá... vendendo pra receber... dificuldade, nem enfrentando essas dificuldade de pagamento e era ótimo[...].”*  
(Entrevistado H)

*“Ótimo, porque é um programa que ele ele não olha quantidade [...] vamos supor se eu tou com cinco mil quilo de milho, eu vendo aquele cinco mil quilo, então eu não vou ter nenhum tipo de prejuízo, só vou ter lucro, então é um programa ótimo.”*  
(Entrevistado B)

*“Foi ótimo. O PAA é uma chance né, que eles dá a gente, pra gente poder dá o nosso produto, valoriza o nosso produto o PAA.”* (Entrevistado I)

*“O PAA é bom. Porque é um meio de vi... um um meio de de você ter... arrumar um um um dinherin extra, que você tem todo mês, sabendo uma coisa certa que você tem todo mês.”* (Entrevistado C)

Quando questionados sobre os motivos da avaliação, nas duas classificações, os motivos foram semelhantes. Nessa direção, segundo a percepção dos agricultores, o programa representa outra possibilidade de comercialização, viabilizando a complementação da renda, uma renda extra. Além disso, por ser considerado um canal fixo, proporciona mais segurança para o agricultor que poderá produzir uma quantidade estimada com destino certo. Ainda segundo essa avaliação, o programa é considerado um meio de obter uma renda fixa e com pagamentos em dia, diminuindo problemas enfrentadas com relação aos pagamentos, e também, atuando na valorizando da produção.

Resultados semelhantes a avaliação foram obtidos por Sobreira (2014) em estudo realizado com apicultores participantes do PAA no estado do Ceará, que verificou que 26% dos entrevistados considerou o programa ótimo, 68% bom e somente 6% como ruim ou muito ruim.

Já com relação a avaliação do PNAE, 53,3% avaliaram o programa como ótimo, 33,3% bom e 13,3% regular. As falas a seguir demonstram alguns dos aspectos destacados pelos participantes do programa para essas avaliações:

*“Ótimo. Porque é mais uma ajuda que o agricultor tem, porque é a gente já sabe que tem todo mês, tem aquele dinheirinho certo, que vem pra dentro de casa da gente pra abastecer a cesta básica que a gente compra pra casa.” (Entrevistado J)*

*“Ótimo! O PNAE é ótimo. Outro programa bastante importante para o produtor, porque ele compra, adquire os alimentos que o agricultor produz a um preço justo, até mais caro que a própria feira e, além disso, ainda fornece para o filho do produtor na merenda escolar, então é um programa lindo do ponto de vista (...) de comercialização, é uma coisa excelente.” (Entrevistado K)*

*“É regular. Por causa que ele... quando vem às vezes tem complicação com dinheiro, né? Pra receber o dinheiro, aí é mais regular. Às vezes a gente tem que tirar nota fiscal, tem que tirar tudo, aí o meio complicado é isso, mas outras coisas é bom demais.” (Entrevistado D)*

Dos que avaliaram como ótimo ou bom, relataram motivos em comum, como pelo fato de constitui-se como mais uma alternativa de comercialização, por proporcionar o aumento da renda familiar e ser uma forma de renda fixa, pelo preço pago pelos produtos e também pela valorização e incentivo da produção. Já o percentual que avaliou como regular, destacou que apesar das vantagens do programa, há dificuldades (não especificadas) para receber o dinheiro e o preço do produto oferecido no programa não é suficiente para custeio da produção.

No estudo de Campos (2011), os agricultores foram questionados sobre o que achavam sobre o programa e todos consideraram bom. Dentre os motivos para essa avaliação, destacaram a segurança no recebimento do pagamento, a complementação e o aumento da renda familiar.

Quanto às vantagens, os resultados foram semelhantes ao descrito na avaliação de ambos os programas e podem ser melhor compreendidos a partir das falas dos entrevistados. As falas a seguir apresentam algumas das vantagens mencionadas sobre o PAA:

*“[...] porque como eu já falei, né, você entrega direto a pessoa, num vai entregar a atravessador, o preço é melhor, né, pagamento também, é certo, né, então por esse mei, né.” (Entrevistado H)*

*“Minha fia, a vantagem que gente tinha no PAA, porque eles pegava tudo, porque se a gente não conseguia vender na feira ou então pra outras pessoas que no tempo a gente não vendia pra feira, eles pegava tudo que a gente tinha, as mercadoria todinha.” (Entrevistado C)*

*“É ter o dinheirinho certo, ter aumentando mais a renda da gente, né? E os produtos que a gente tem já vende num canto certo. Já tem o canto da gente vender. Pra mim foi muito bom.” (Entrevistado D)*

Como pode ser observado, o programa viabiliza a segurança dos agricultores na comercialização e no pagamento, além de adquirir produtos a preços melhores. Um dos principais pontos destacados pelos entrevistados foi o quantitativo de produção do programa que quando comparado a outros canais se sobressai.

No que se refere às vantagens mencionadas pelos participantes do PNAE, algumas falas foram destacadas:

*“As vantagens do PNAE é você produzir sabendo a quem vai vender, já tendo a comercialização certa e o preço justo.” (Entrevistado K)*

*“As parte boa que ele trouxe foi, é... o melhoramento da qualidade de vida, né?” (Entrevistado L)*

*“Além da... a gente vê a vantagem de produzir a merenda escolar de boa qualidade pros aluno e uma boa renda, que sabe que todos os mês tem a feirinha de casa certa.” (Entrevistado H)*

Nesse sentido, assim como o PAA, o PNAE também gera mais segurança para o agricultor em relação a comercialização e a renda. Algumas das vantagens apresentadas chamam atenção como o aspecto da melhora da qualidade de vida e a preocupação em fornecer uma alimentação de qualidade para merenda escolar.

Observa-se que boa parte das vantagens mencionadas em ambos os programas foram evidenciadas com base nos impactos descritos anteriormente. Entretanto, salienta-se que nem todos os agricultores concordaram com algumas das vantagens apresentadas. Sendo assim, algumas desvantagens foram pontuadas pelos agricultores familiares.

No caso do PAA, foram relatados o fato do programa não está funcionando atualmente, a burocracia e a dificuldade de conseguir informações para participar, problemas de organização na associação, o valor dos produtos e o baixo quantitativo do programa.

*“Os negativos é que se acabou agora, né? Não tem mais aquele lucro que a gente tinha de primeiro. Aqui em Cuité deu uma queda muito grande.” (Entrevistado D)*

*“Um dos pontos negativos é o valor dos produtos. Assim... ele é bom, mas os valores é muito baixo... pra CONAB é o mínimo, bota no mínimo. Chegou um tempo que pra você vender um mói de coentro, nós vendia no mercado aqui a 1 real... Eles compravam 30 centavos, entedesse? É muito baixo. Uma das desvantagens é essa. É bom que você vende muito, mas a desvantagem é essa: o valor.” (Entrevistado E)*

*“Assim, porque tem vezes que a... a quantidade que eles pede, é pequena pra quantidade de produtores, porque são muitos produtores, ai semanalmente eles pede uma quantidade indiferente, ai fica esse problema porque tem que ser dividido entre os produtores atuais que tão sendo beneficiados do programa, então essa é uma das dificuldades que a gente enfrenta.” (Entrevistado B)*

A descontinuidade dos projetos do PAA no município pode se configurar como uma dificuldade de comercialização. Sobre o preço, como já foi levantado essa discussão anteriormente, é necessário avaliar se o mesmo corresponde ao valor necessário para custeio da produção e comercialização, bem como se os valores ficam próximos aos preços do mercado local. Já com relação ao quantitativo, observa-se que o PAA é o principal programa na aquisição de alimentos da agricultura familiar, principalmente em termos de quantidade, porém supõem-se que as demandas das instituições fornecedoras não sejam suficientes para contemplar todos os agricultores.

Já quanto as desvantagens do PNAE também foram relatadas o baixo quantitativo, problemas de organização e preço baixo, além do fato de não ser comercializado produtos de origem animal. Como pode ser observado em algumas das falas:

*“As desvantagens, eu não vejo desvantagem não no PNAE, eu acho só vantagem. Ah, não pode colocar outros produtos, frango, ovo, devido o selo. Só esse.”* (Entrevistado I)

*“Uma delas é essa que eu lhe citei ai agora, a questão do preço, ser igual o o da feira ou inferior e por cima, ainda ter que pagar esses encargos que a gente paga, né.”* (Entrevistado F)

*“As desvantagens que o PNAE tem é só por causa que ele não, não pega em quantidade, né, só um pouquinho que eles pede, são pouco, essa ai a desvantagem é essa, né, se eles pegasse mais, assim, seria mais ótimo, seria muito mais melhor.”* (Entrevistado H)

Nesse sentido, observa-se que as desvantagens se assemelham as do PAA e, portanto, já foram comentadas. No entanto, um importante aspecto a ser considerado é a necessidade do selo de inspeção para comercialização de produtos de origem animal no programa e nesse caso, não necessariamente configura-se como uma desvantagem e sim, como falta de infraestrutura do município.

Por fim, observa-se que o principal motivo que atraiu os agricultores a participar de ambos os programas foi a complementação da renda e segundo a avaliação após a participação nos programas, todos os agricultores tiveram aumento da renda familiar. Já com relação a motivação do preço, observa-se que a maior parte dos entrevistados declarou que os preços eram melhores nos dois programas em relação ao mercado. Quanto as demais razões para participação nos programas, também foram mencionadas nas avaliações dos programas e nas descrições das vantagens.

De maneira geral, na perspectiva dos gestores, os programas contribuem para segurança alimentar e nutricional do município e são um importante incentivo para agricultura familiar local, apesar de apresentar alguns entraves, no caso do PAA, os cortes orçamentários e a falta de assistência técnica e no PNAE, a dificuldade de articulação na fase do mapeamento. Já com base na percepção dos agricultores, verificam-se resultados positivos em aspectos da produção e comercialização, bem como, na renda, na qualidade de vida e no autoconsumo das famílias fornecedoras e com relação as desvantagens, a mais mencionado foi em relação ao quantitativo do PNAE. Assim, percebe-se que os programas de compras governamentais no município de Cuité, apesar de alguns entraves, obtiveram avaliações positivas tanto por parte dos gestores, como também pelos agricultores.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em ambos os programas, os resultados foram semelhantes, tanto em aspectos da caracterização do perfil socioeconômico dos agricultores como de suas produções. Especificamente sobre o PAA, atualmente não está funcionando no município, no entanto, nos períodos em que funcionou, ocorreu na modalidade Compra com Doação Simultânea. Dentre as dificuldades destacadas pelo gestor, ressalta-se a organização do programa no recebimento e distribuição, bem como, os cortes orçamentários que o programa vem sofrendo. Com relação ao PNAE, a gestão no município ocorre de forma centralizada e possui como principais dificuldades a articulação com outros setores e a logística de transporte. Ambos os gestores destacam a importância dos programas tanto no aspecto do incentivo da agricultura familiar como na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Já quanto as dificuldades vivenciadas pelos agricultores, em ambos os programas, destacam-se os problemas relacionados as condições climáticas, aos recursos naturais, e a infraestrutura de produção e comercialização. Além disso, o processo de adesão a esses programas ainda possui alguns entraves no que se refere ao acesso a informação e de maneira geral, há pouca assistência técnica, porém, a maioria dos agricultores ainda sim, conseguem produzir o ano inteiro.

Com relação ao impacto dos programas, verificou-se que influenciaram positivamente na produção, na comercialização e na qualidade de vida dos agricultores e quanto a avaliação, ambos obtiveram avaliações positivas, especialmente na complementação da renda e por proporcionar uma comercialização fixa, porém, também foram apontadas algumas desvantagens como preços baixos, dificuldades de organização para participar dos programas e baixos quantitativos na aquisição de alimentos.

Conclui-se que apesar de algumas desvantagens, os programas contribuem para o incentivo da agricultura familiar bem como para o fortalecimento do sistema agroalimentar local. Entretanto, é necessário buscar estratégias de enfrentamento das dificuldades mencionadas pelos agricultores para continuar avançando nas flexibilizações de participação dos agricultores nos programas, facilitando a inserção destes. Além disso, aspectos do funcionamento dos programas também devem ser melhorados, pois influenciam nos resultados dos mesmos. Especificamente no PAA, destaca-se que os cortes orçamentários dificultam ainda mais a participação dos agricultores e desse modo, o incentivo à agricultura familiar fica limitado.

Como propostas para novas pesquisas, sugere-se que seja utilizada uma população de estudo maior para melhor compreensão das variáveis analisadas e para obter um recorte mais expressivo. Além disso, novas temáticas devem ser estudadas como as formas de organizações dos agricultores, pois percebe-se que as mesmas possuem importante contribuição na inserção em programas de incentivo à produção e comercialização da agricultura familiar.

Por fim, conclui-se que o estudo auxilia na compreensão dos principais entraves encontrados no funcionamento e nas dificuldades vivenciadas pelos agricultores. Dessa forma, pode ser utilizado para propor sugestões de enfrentamento desses problemas considerando a realidade local.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, A. J. P.; SOUZA, C. R.; SILVA, N. M. A vulnerabilidade e a resiliência da agricultura familiar em regiões semiáridas: o caso do Seridó Potiguar. **Revista de Geografia Agrária**, v.8, n.15, p. 1-30, 2013.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Cartilha Nacional da Alimentação Escolar**. 2ª edição. 2015.
- BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **O encontro da agricultura familiar com a alimentação escolar**. 2014.
- BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e da outra providencias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 set. 2006.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE**. 2. ed. Brasília-DF: MEC, 2008. p. 112.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 4, de 24 de abril de 2015. Altera a redação dos artigos 25 a 32 da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 abr. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução/CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 jun. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 dez. 2012.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para Agricultura Familiar**. 104 p. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Manual Operativo Modalidade Compra com Doação Simultânea Operação por Meio de Termo de Adesão**. 174 p. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN). **Compras institucionais para promoção da alimentação adequada e saudável: As contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos.** Brasília, 2018.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.326, de 24 de junho de 2006. Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 jun. 2006.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jun. 2009.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 ago. 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Resolução Nº 59, de 10 de julho de 2013. Estabelece as normas que regem a modalidade Compra com Doação Simultânea, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jul. 2013.

BRASIL. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). **Cartilha de Acesso ao Pronaf: Saiba como obter crédito para a agricultura familiar.** 32 p. 2011.  
BRITO, L. T. L.; CAVALCANTI, N. B.; SILVA, A. S.; PEREIRA, L. A. Produtividade da água de chuva na cultura do feijão caupi em condições semiáridas. *In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE CAPTAÇÃO E MANEJO DE ÁGUA DE CHUVAS, 7., 2009, Anais [...]*, 2009. p. 1-9.

BUAINAIN, A. M.; GARCIA, J. R. Os pequenos produtores rurais mais pobres ainda tem chance como agricultores? *In: A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: Ganhar tempo é possível?* Brasília: CGEE, 2013. Cap. 2, p. 29-70.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional.** Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

CAMARGO, R. A. L.; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar. **Revista Temas de administração Pública**, Araraquara-SP, FCLAr/UNESP, v. 8, n. 2, 2013.

CAMPOS, A.; KROEFF, D.R.; ROSA, J. K.; SANTOS, H. L. A importância das compras públicas da agricultura familiar para a inclusão produtiva rural: O programa de aquisição de alimentos. In: SANTOS, J. M. **A inclusão produtiva rural no Brasil sem Miséria: O desafio da superação da pobreza no campo**. Brasília, DF: MDS, Secretária de Avaliação e Gestão da Informação, 2015, p. 104 -117.

CAMPOS, R. A. **Agricultura Familiar e Políticas Públicas: Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no município de Campina da Lagoa/PR**. 2011. 53 f. Monografia (Especialização na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

CARNEIRO, F. F.; RIGOTTO, R. M.; AUGUSTO, L. G. S.; FRIEDRICH, K.; BÚRIGO, A. C. **Dossiê ABRASCO**. Um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. ABRASCO. Rio de Janeiro/São Paulo: Extensão Popular, 668 p., 2015.

CAVALCANTI, N. B. Efeito do Escoamento da Água de Chuva em Diferentes Coberturas. **Engenharia Ambiental**, Espírito Santo Do Pinhal, v. 7, n. 4, p. 201-210, out./dez., 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Transparência Pública do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos**. Consulta por UF/Município. Disponível em: <http://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultatransparenciapaa.do?method=consultar>. Acesso em: 28 jan. 2019.

COSTA, B. A. L.; AMORIM JUNIOR, P. C. G.; SILVA, M. G. DA. As Cooperativas de Agricultura Familiar e o Mercado de Compras Governamentais em Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 53, n. 1, p. 109-126, jan./mar. 2015.

CUNHA, F. L. **Sementes da paixão e as Políticas Públicas de distribuição de sementes na Paraíba**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica-RJ, 2013.

CUNHA, W. A.; FREITAS, A. F.; SALGADO, R. J. S. F. Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 55, n. 3, p. 427-444, jul./set. 2017.

FRITZEN, A. M. **O Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Três de Maio**. 2013. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Tecnológica em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Três de Maio/RS, 2013.

GARCIA, G. S.; RECINE, E. Perspectivas do fornecimento de produtos da agricultura familiar para os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional no Distrito Federal. **Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde**, Brasília, v. 9, n.2, p. 411-429, 2014.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisas qualitativas. *In*: DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 21ª edição. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002. p. 67-79.

GRISA, C.; GAZZOLA, M.; SCHNEIDER, S. A “ A produção invisível” na Agricultura Familiar: Autoconsumo, Segurança Alimentar e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural. **Agroalimentaria**, v. 16, n. 31, p. 65-79, jul./dec., 2010.

GRISA, C.; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. **Agriculturas**, v. 8, n. 3, p. 34-41, set., 2011.

GUANZIROLI, C. E.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A. Dez Anos de Evolução da Agricultura Familiar no Brasil: (1996 e 2006). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 50, n. 2, p. 351-370, abr./jun. 2012.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p.469-483, set/dez, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População estimada**: Estimativas da população residente da cidade de Cuité/PB: situação em 1 julho de 2018. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cuite/panorama>> Acesso em: 20 fev. 2019.

IZIDORO, L. T. **Para além do espaço doméstico**: o Programa de Aquisição de Alimentos e a visibilização do trabalho feminino nos assentamentos rurais de Presidente Venceslau-SP. 2015. 106 f. Monografia (Bacharel em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2015.

KAGEYAMA, A. A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. T. A. DE. Uma Tipologia dos Estabelecimentos Agropecuários do Brasil a partir do Censo de 2006. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 51, n. 1, p. 105-122, jan./mar. 2013.

KEPPLE, A. W. **O estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil: Um retrato multidimensional: Relatório 2014**. Brasília, DF: FAO, 2014.

LEÃO, M. M. **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília, DF: ABRANDH, 2013.

LEÃO, M. M.; MALUF, R. S. **A construção social de um sistema público de segurança alimentar e nutricional: a experiência brasileira**. 1ª edição. Brasília, DF: ABRANDH, 2012.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. *In*: TADDEI, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A.; VEGA, J. B. **Nutrição em Saúde Pública**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011. Cap. 30, p. 471-488.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Rev. Econ. NE**, Fortaleza, v. 45, suplemento especial, p. 83-91, out./dez., 2014.

MATTOS, L. M. **Austeridade fiscal e desestruturação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira**. Análise nº 39. 43 p. 2017. Friedrich-Ebert-Stiftung(FES). Repositório de Informações Tecnológica da Embrapa. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1097852>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2019.

MEIRELLES, L. R.; RUPP, L. C. D (coord.). **Biodiversidade: Passado, Presente e Futuro da Humanidade**. Brasília: MDA, 2006.

MOURA, A. M. P.; SILVA, G. M. G. Agricultura Familiar: Perspectivas de Permanência dos Jovens no Campo do Município de Igaci/Alagoas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais [...]**, 2012. p. 1-20.

NASCIMENTO, D. T. **Programa de Aquisição de Alimentos: Proposta de modelo de avaliação de satisfação (MAS) dos agricultores familiares sobre os aspectos operacionais e socioeconômicos**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2015.

NASCIMENTO, J. S.; BEZERRA, G. J.; SCHLINDWEIN, M. M.; PADOVAN, M. P. Produção Agropecuária, Agregação de Valor e Comercialização pela Agricultura Familiar no Estado do Mato Grosso do Sul. **Redes** (St. Cruz Sul, Online), v. 21, nº 3, p. 320-334, set./dez., 2016.

OLIVEIRA, L. G. **Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) da agricultura familiar: estudo de caso na microrregião de Ubá - MG.** 2015. 149 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, SP, 2015.

PALMEIRA, P. A.; SANTOS, A. B. M. V. Conhecendo a População Cuiteense: Como Vivemos? *In*: PALMEIRA, P. A.; SANTOS, A. B. M. V. **Um olhar para nossa cidade: condições de vida, insegurança alimentar e saúde da população do município de Cuité.** Campina Grande: EDUFCG, 2015. Cap. 2. p. 27-47.  
PEREIRA, M. G. **Epidemiologia: Teoria e Prática.** 11°. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A, 2007, p. 596.

RAMOS, C. P. Mulheres Rurais atuando no Fortalecimento da Agricultura Familiar local. **Gênero**, Niterói, v. 15, n. 1, p. 29-46, 2014.

RIBEIRO, E. M.; ÂNGULO, J. L. G.; NORONHA, A.B.; CASTRO, B. S.; GALIZONI, F. M.; CALIXTO, J. S. SILVESTRE, L. H. A feira e o trabalho rural no Alto Jequitinhonha: um estudo de caso em Turmalina, Minas Gerais. **Unimontes Científica.** Montes Claros, v. 5, n. 1, jan./jun., 2003.

RIBEIRO, L. H. G. **Insegurança alimentar e nutricional: análise de famílias residentes em regiões rurais do município de Cuité-PB.** 2014. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité/PB, 2014.

SAMBUICHI, R. H. R.; GALINDO, E. P.; OLIVEIRA, M. A. C.; MOURA, A. M. M. Compras públicas sustentáveis e agricultura familiar: A experiência do programa de aquisição de alimentos (PAA) e do programa nacional de alimentação escolar (PNAE) *In*: SAMBUICHI, R. H. R.; SILVA, A. P. M.; OLIVEIRA, M. A. C.; SAVIAN, M. **Políticas agroambientais e sustentabilidade: desafios, oportunidades e lições aprendidas.** Brasília: Ipea, 2014. p. 75-104.

SANTOS, D. S. C.; SANTOS, R. R. S.; BOTELHO, M. I. V.; LOPES, A. L. C.; SANTOS, M. A. O.; BRAGA, G. B. Desempenho de agricultores familiares na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos no estado do Pará. **Acta Biológica Catarinense**, v. 4, n. 2, p. 16-29, jul./set., 2017.

SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. Agentes Sociais de Produção do Espaço Rural no Território do Sisal - Bahia. **Revista de geografia agrária**, v. 5, n. 9, p. 71-88, fev., 2010.

SANTOS, M. J.; ARAUJO, L. E.; OLIVEIRA, E. M.; SILVA, B. B. Seca, Precipitação e Captação de Água de Chuva no Semiárido de Sergipe. **Engenharia Ambiental**, Espírito Santo Do Pinhal, v. 6, n. 1, p. 55-73, jan./abr., 2009.

SCHNEIDER, S. Evolução e características da agricultura familiar no Brasil. **Revista da Alasru Nueva Epoca**, v.1, n.9, p. 21-52, out., 2014.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago., 2014.

SERAFIM, M. P.; JESUS, V. M. B. DE; FARIA, J. Tecnologia Social, agroecologia e agricultura familiar: análises sobre um processo sociotécnico. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas-SP, p. 169-181, 2013.

SILVA, H. F. A.; BARRETO, S. B.; AMBROZIO, F. L. C.; LETTI, F. O Programa Nacional de Sementes e Mudanças para a Agricultura Familiar (PNSMAF): Uma esperança para soberania e segurança alimentar. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE AGROECOLOGIA; CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA; SEMINÁRIO DE AGROECOLOGIA DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO, 6., 10., 5., 2017, Brasília/DF. **Anais [...]**, 2018. p. 1-7.

SILVA, J. F. B.; LIMA, M. E. P. Fortalecimento da Agricultura Familiar: Estudo de Caso da Associação de Produtores Rurais do Núcleo VI de Petrolina/PE. **Ideias e Inovação**, Aracaju, v. 3, n. 3, p. 97-106, abr., 2017.

SILVA, J. R. Q. DA. **Tanques de pedra como fonte alternativa para abastecimento público do município de Esperança-PB**. 2018. 35 f. Monografia (Programa de Licenciatura Plena em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande/PB, 2018.

SILVA, R. T. O. **Condições de Vida e Acesso às Políticas Públicas: o olhar dos agricultores familiares do município de Jaçanã-PB**. 2018. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité/PB, 2018.

SILVA, K. R. D. **Análise da Comercialização e do Impacto do PAA e PNAE na Condição de Vida das Famílias Agricultoras de Bananeiras, na Paraíba**. 2011. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SOBREIRA, D. B. **Avaliação dos Impactos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado do Ceará: o caso do mel.** 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2014.

SOUZA, M. Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2): uma iniciativa inovadora para o enfrentamento da pobreza rural. **Agriculturas**, v. 11, n. 2, p. 12-15, jul., 2014.

SOUZA-ESQUERDO, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do circuito das frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, SP, v. 52, Supl. 1, p. 205-222, 2014.

SPANVELLO, R. M.; MATTE, A.; BOSCARDIN, M. Crédito rural na perspectiva das mulheres trabalhadoras rurais da agricultura familiar: Uma análise do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). **Polis Revista Latino Americana**. v. 15, n. 44, p. 1-18, 2016.

TRICHES, R. M.; GRISA, C. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 18, n. 26. Edição Especial, p. 10-27, 2015.

VALADARES, A. A.; SOUZA, M. G. P. **A trajetória recente do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA):** uma análise das mudanças normativas e institucionais que deram nova inflexão ao programa. Nota Técnica, nº 21. Brasília: Ipea, 2015.

**APÊNDICE**

APÊNDICE A – Questionário elaborado para a entrevista com os agricultores da feira agroecológica.

**Pesquisa: “PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB” – Núcleo Penso/UFCG**

Entrevistador: \_\_\_\_\_ Nº Questionário: \_\_\_\_\_

Data da Entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

### MÓDULO 1 – IDENTIFICAÇÃO

1.1 Idade: \_\_\_\_\_

1.2 Endereço: \_\_\_\_\_

1.3 Sexo: 1.( ) Masculino 2.( ) Feminino

1.4 Raça: 1.( ) Branco 2.( ) Amarelo 3.( ) Negro 4.( ) Pardo 5.( ) Indígena 99.( ) NR/NS

1.5 Estado Civil: 1.( ) Solteiro 2.( ) Casado 3.( ) Relação Estável 4.( ) Viúvo(a) 5.( ) Separado 99.( ) NR/NS

6.( ) Outro (especifique): \_\_\_\_\_

### MÓDULO 2 – CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMERCIALIZADA

2.1 - O terreno utilizado para a produção de alimentos é de sua propriedade?

1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

Se não, qual a forma de negociação da propriedade?

1.( ) Arrendatário 2.( ) Contrato de parceria 3.( ) 2/3 4.( ) Meeiro 5.( ) Cedido 99.( ) NS/NR

2.2 – Como é o acesso à água para produção nesta propriedade?

1.( ) Poço Artesiano

2.( ) Cisterna

3.( ) Cisterna

Calçadão 4.( )

Barragem

5.( ) Outro. Qual? \_\_\_\_\_

99.( ) NR/NS

2.3 – Há participação de trabalhadores contratados na produção? 1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

Se sim, responda:

2.3.1 Quantos? \_\_\_\_\_

2.3.2 Qual a forma de pagamento? 1.( ) Diário 2.( ) Semanal 3.( ) Quinzenal 99.( ) NS/NR

2.3.3 Qual o valor deste pagamento (individual)? \_\_\_\_\_

2.4 – A agricultura familiar é a única fonte de renda da família? 1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

Se não, quais as outras fontes de renda? \_\_\_\_\_

2.5 – O que você produz (MÊS)?

ALIMENTO	QUANTIDADE/MÊS

2.6 – Os alimentos produzidos são exclusivos para comercialização?

1.( ) Sim 2.( ) Não 3.( ) NR/NS

Se não, qual o outro destino dos produtos?

2.7 – Houve aumento na produção para comercialização nesta feira?

1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

**2.8 – Existe outro local em que você comercializa seus produtos?**

1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

*Se a resposta for não, pule para pergunta 2.10.*

**2.9 – Em que locais você costuma comercializar seus produtos além desse?**

1.( ) Feira Livre

2.( ) Na própria casa ou propriedade

3.( ) Atravessador

4.( ) Governo municipal, estadual ou federal Especifique: \_\_\_\_\_

5.( ) Outra forma de venda Especifique: \_\_\_\_\_

99.( ) NS/NR

**2.10 – Recebe/recebeu apoio técnico (orientação/material) para a produção?**

1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

Se sim, de quem recebe apoio técnico? (pode marcar mais de um e deve especificar qual o apoio)

1.( ) Associação Especifique: \_\_\_\_\_

2.( ) Cooperativa Especifique: \_\_\_\_\_

3.( ) Prefeitura Especifique: \_\_\_\_\_

4.( ) EMATER Especifique: \_\_\_\_\_

5.( ) Outro Especifique: \_\_\_\_\_

99.( ) NR/NS

**2.11 – Quais são as suas principais dificuldades para produzir?**

1.( ) Nenhuma

2.( ) Acesso a água

3.( ) Terras fracas ou degradadas

4.( ) Falta de Assistência Técnica

5.( ) Recurso/acesso ao crédito

6. Outro – Especifique: \_\_\_\_\_

99.( ) NR/NS

**2.12 – Apesar das dificuldades, o Sr. (a) consegue produzir o ano inteiro?** 1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

*Se a resposta for sim, pular para a pergunta 2.14*

**2.13 – Se não, quais os motivos da NÃO produção?**

1.( ) Falta de adubo

2.( ) Falta de semente

3.( ) Período de chuva/seca

4.( ) Sazonalidade/entressafra

99.( ) NR/NS

6. Outro – Especifique: \_\_\_\_\_

**2.14 – O Sr. (a) já ouviu falar em alimentos orgânicos? O que você entende por orgânicos?**

\_\_\_\_\_

**2.15 – Nesta feira específica, você comercializa esse tipo de alimento (ORGÂNICO)?**

1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

**2.16 – Existe a utilização de algum tipo de defensivo agrícola na produção dos alimentos?**

1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

Se sim, qual(is)? \_\_\_\_\_

Se não, como faz o controle de pragas? \_\_\_\_\_

**2.17 – Como ocorre a posse das sementes utilizadas para a produção dos alimentos?**

1.( ) Através de compra

2.( ) Dos próprios alimentos produzidos

3.( ) De órgãos públicos

- 4.( ) Doações  
 5.( ) Outras (especifique) \_\_\_\_\_  
 99.( ) NR/NS

**2.18 – Você sabe de onde vem as sementes que você usa?** 1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS

Se sim, de onde? \_\_\_\_\_

**2.19 – Você sabe dizer o que é uma semente transgênica?** 1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS

**2.20 - O que você entende por transgênico?** \_\_\_\_\_

### MÓDULO 3 – POTENCIALIDADES E DIFICULDADES DO MODELO DE CIRCUITO CURTO DE COMERCIALIZAÇÃO

**3.1 – Em sua opinião, por que as pessoas compram os produtos da agricultura familiar?**

- 1.( ) Qualidade  
 2.( ) Preço  
 3.( ) Valorização do produto rural  
 4.( ) Interesse pela questão ambiental  
 5.( ) Busca por produtos naturais  
 6.( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_  
 99.( ) NR/NS

**3.2 – Quais são as VANTAGENS de fazer parte da feira específica?**

**3.3 – Quais são as DESVANTAGENS de fazer parte da feira específica?**

**3.4 – O que o Sr. PERCEBE de diferente entre esta forma de comercialização (feira agroecológica) e as outras?**

**3.5 – Quais são os DESAFIOS para manter e fortalecer esse tipo de venda de comercialização?**

### MÓDULO 4 – INFORMAÇÕES SOBRE A INSERÇÃO NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

**4.1 – O Sr. (a) participa/participou dos programas do governo?** 1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

**4.2 – Quais?**

PROGRAMA	PARTICIPA/PARTICIPOU?	COMO AVALIA?
<b>PRONAF</b>	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	1.( ) Ótimo 2.( ) Bom 3.( ) Regular 4.( ) Ruim 5.( ) Péssimo 99.( )NR/NS <b>Por quê?</b>
<b>CISTERNAS</b>	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	1.( ) Ótimo 2.( ) Bom 3.( ) Regular 4.( ) Ruim 5.( ) Péssimo 99.( )NR/NS <b>Por quê?</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO SEMENTES</b>	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	1.( ) Ótimo 2.( ) Bom 3.( ) Regular 4.( ) Ruim 5.( ) Péssimo 99.( )NR/NS <b>Por quê?</b>
<b>PAA</b>	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	1.( ) Ótimo 2.( ) Bom 3.( ) Regular 4.( ) Ruim 5.( ) Péssimo 99.( )NR/NS <b>Por quê?</b>
<b>PNAE</b>	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	1.( ) Ótimo 2.( ) Bom 3.( ) Regular 4.( ) Ruim 5.( ) Péssimo 99.( )NR/NS <b>Por quê?</b>

### MÓDULO 5 – PARTICIPAÇÃO NOS PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR

**5.1 – Como ficou sabendo da existência desse programa?**

<b>PRONAF</b> 0.( ) NA	1.( ) Sindicato dos agricultores ) Secretaria de Agricultura/Governo 3.( ) Televisão	4.( ) Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 2.( ) 5.( ) Outros <b>Especifique</b> _____ 99.( ) NR/NS
<b>Sementes</b> 0.( ) NA	1.( ) Sindicato dos agricultores 2.( ) Secretaria de Agricultura/Governo 3.( ) Televisão	4.( ) Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.( ) Outros <b>Especifique</b> _____ 99.( ) NR/NS

<b>Cisternas</b> 0. ( ) NA	1.( ) Sindicato dos agricultores ) Secretaria de Agricultura/Governo 3.( ) Televisão	4.( ) Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.( ) Outros Especifique _____ 99.( ) NR/NS
<b>PAA</b> 0. ( ) NA	1.( ) Sindicato dos agricultores 2.( ) Secretaria de Agricultura/Governo 3.( ) Televisão	4.( ) Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.( ) Outros Especifique _____ 99.( ) NR/NS
<b>PNAE</b> 0. ( ) NA	1.( ) Sindicato dos agricultores 2.( ) Secretaria de Agricultura/Governo 3.( ) Televisão	4.( ) Companheiros Agricultores/Associação/Cooperativa 5.( ) Outros Especifique _____ 99.( ) NR/NS

**5.2 - Como foi para o Sr.(a) CONSEGUIR AS INFORMAÇÕES necessárias para participar do \_\_\_\_\_ (como participar, documentos necessários, etc)?**

<b>PRONAF</b> 0.( ) NA	1.( ) Muito Difícil 2.( ) Difícil 3. ( ) Fácil 4. ( ) Muito Fácil 99.( )NR/NS <b>Se difícil, por quê?</b>
<b>Sementes</b> 0.( ) NA	1.( ) Muito Difícil 2.( ) Difícil 3. ( ) Fácil 4. ( ) Muito Fácil 99.( )NR/NS <b>Se difícil, por quê?</b>
<b>Cisternas</b> 0.( ) NA	1.( ) Muito Difícil 2.( ) Difícil 3. ( ) Fácil 4. ( ) Muito Fácil 99.( )NR/NS <b>Se difícil, por quê?</b>
<b>PAA</b> 0. ( ) NA	1.( ) Muito Difícil 2.( ) Difícil 3. ( ) Fácil 4. ( ) Muito Fácil 99.( )NR/NS <b>Se difícil, por quê?</b>
<b>PNAE</b> 0. ( ) NA	1.( ) Muito Difícil 2.( ) Difícil 3. ( ) Fácil 4. ( ) Muito Fácil 99.( )NR/NS <b>Se difícil, por quê?</b>

**5.3 – Houve AUMENTO NA PRODUÇÃO depois que o Sr. (a) começou a participar do programa \_\_\_\_\_ ?**

<b>PRONAF</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS
<b>Sementes</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS
<b>Cisternas</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS
<b>PAA</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS
<b>PNAE</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS

**5.4 – Houve aumento da DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO depois da participação no programa \_\_\_\_\_ ?**

<b>PRONAF</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	<b>Se sim, quais?</b>
<b>Sementes</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	<b>Se sim, quais?</b>
<b>Cisternas</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	<b>Se sim, quais?</b>
<b>PAA</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	<b>Se sim, quais?</b>
<b>PNAE</b>	0. ( ) NA	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( )NR/NS	<b>Se sim, quais?</b>

**5.5 - Após a inserção no \_\_\_\_\_ como ficou a FREQUÊNCIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA para produção?**

<b>PRONAF</b> 0.( ) NA	1.( ) Diminui muito 2.( ) Diminuiu 3.( ) Não mudou 4.( ) Aumentou 5.( ) Aumentou muito 99.( ) NR/NS
<b>Sementes</b> 0.( ) NA	1.( ) Diminui muito 2.( ) Diminuiu 3.( ) Não mudou 4.( ) Aumentou 5.( ) Aumentou muito 99.( ) NR/NS
<b>Cisternas</b> 0.( ) NA	1.( ) Diminui muito 2.( ) Diminuiu 3.( ) Não mudou 4.( ) Aumentou 5.( ) Aumentou muito 99.( ) NR/NS
<b>PAA</b> 0.( ) NA	1.( ) Diminui muito 2.( ) Diminuiu 3.( ) Não mudou 4.( ) Aumentou 5.( ) Aumentou muito 99.( ) NR/NS
<b>PNAE</b> 0.( ) NA	1.( ) Diminui muito 2.( ) Diminuiu 3.( ) Não mudou 4.( ) Aumentou 5.( ) Aumentou muito 99.( ) NR/NS

## MÓDULO 6 – PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO

*Este módulo só é respondido pelos agricultores que afirmaram participar dos programas: PRONAF, DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E CISTERNAS*

**6.1 - Com a participação no \_\_\_\_\_, como o Sr(a) AVALIA A SITUAÇÃO DA PRODUÇÃO?**

<b>PRONAF</b>	<b>Sementes</b>	<b>Cisternas</b>
---------------	-----------------	------------------

0. ( ) NA	0. ( ) NA	0. ( ) NA
1.( ) Não melhorou nada	1.( ) Não melhorou nada	1.( ) Não melhorou nada
2.( ) Melhorou pouco	2.( ) Melhorou pouco	2.( ) Melhorou pouco
3.( ) Melhorou muito	3.( ) Melhorou muito	3.( ) Melhorou muito
4.( ) Teve excelente melhora	4.( ) Teve excelente melhora	4.( ) Teve excelente melhora
5.( ) NR/NS	5.( ) NR/NS	5.( ) NR/NS
Se melhorou, especifique em quê:	Se melhorou, especifique em quê:	Se melhorou, especifique em quê:

**PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF)**

*Perguntar APENAS para os agricultores que participaram do PRONAF*

**6.2 – Houve dificuldades para solicitação do financiamento do PRONAF?**

- 1.( ) Nenhuma dificuldade  
 2.( ) Não saber como acessar  
 3.( ) Burocracia  
 4.( ) Falta de assistência técnica para elaboração do projeto  
 6.( ) Outro: \_\_\_\_\_  
 99.( ) NR/NS

**6.3 - Para que foi solicitado o financiamento do PRONAF?**

- 1.( ) Custeio  
 2.( ) Investimento  
 3.( ) Custeio e investimento  
 4.( ) Outros – Especifique: \_\_\_\_\_  
 99.( ) NR/NS

**PROGRAMA UM MILHÃO DE CISTERNAS**

*Perguntar APENAS para os agricultores que participaram do PROGRAMA CISTERNAS*

**6.4 – Houve dificuldades para a aquisição da cisterna do programa?**

- 1.( ) Nenhuma dificuldade  
 2.( ) Não saber como acessar  
 3.( ) Burocracia  
 4.( ) Outro: \_\_\_\_\_  
 99.( ) NR/NS

**6.5 – O acesso a esse programa permitiu a produção de alimentos em períodos de estiagem?**

- 1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

**PROGRAMA NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES E MUDAS**

*Perguntar APENAS para os agricultores que participaram do DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES*

**6.6 – Houve dificuldades para a aquisição das sementes do programa?**

- 1.( ) Nenhuma dificuldade  
 2.( ) Não sabe como acessar  
 3.( ) Burocracia  
 4.( ) Outro: \_\_\_\_\_  
 99.( ) NR/NS

**6.7 – As sementes adquiridas pelos órgãos públicos são suficientes para uma produção diversificada?**

- 1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS

**MÓDULO 7 – PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS**

<b>7.1. Participa atualmente do</b>	<b>7.2. Qual a FORMA DE PARTICIPAÇÃO?</b>	<b>7.2. Quais os PRODUTOS COMERCIALIZADOS?</b>	<b>7.3. Periodicidade de entrega:</b>
-------------------------------------	---	--	---------------------------------------

?			
<b>PAA</b> 99.( ) NA 1.( ) Sim 2.( ) Não	1.( ) Individual 2.( ) Grupo Informal 3.( ) Associação/Cooperativa 99.( ) NS/NR	<b>Produtos comercializados:</b>	1.( ) Semanalmente
			2.( ) Mais de 1x por semana 3.( )
			Quinzenalmente
			4.( ) Mensalmente 99.( ) NS/NR
<b>PNAE</b> 99.( ) NA 1.( ) Sim 2.( ) Não	1.( ) Individual 2.( ) Grupo Informal 3.( ) Associação/Cooperativa 99.( ) NS/NR	<b>Produtos comercializados:</b>	1.( ) Semanalmente
			2.( ) Mais de 1x por semana
			3.( ) Quinzenalmente
			4.( ) Mensalmente 99.( ) NS/NR

**7.4 – Qual o MOTIVO que levou o Sr.(a) a participar deste(s) programa(s)?**

- 1.( ) Recomendação  
 2.( ) Preço pago pelo produto  
 3.( ) Facilidade na comercialização  
 4.( ) Complementação de renda  
 5.( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_  
 99.( ) NS/NR

**7.5 – Após a inserção neste(s) programa(s), o que ocorreu com a COMERCIALIZAÇÃO EM OUTROS LUGARES?**

- 1.( ) Diminuiu muito  
 2.( ) Diminuiu  
 3.( ) Não mudou  
 4.( ) Aumentou  
 5.( ) Aumentou muito  
 99.( ) NS/NR

7.6. O PREÇO PAGO PELO SEU PRODUTO neste programa comparado a outros lugares é:		7.7. A partir da participação no programa você acredita que a QUALIDADE do seu produto:	7.8. O Sr.(a) teve algum problema para ALCANÇAR OS CRITÉRIOS DE QUALIDADE do _____?
<b>PAA</b> 0.( ) NA	1.( ) Muito menor 2.( ) Menor 3.( ) Mesma coisa 4.( ) Maior 5.( ) Muito maior 99.( ) NS/NR	1.( ) Melhorou muito 2.( ) Melhorou 3.( ) Continuou a mesma coisa 4.( ) Piorou 5.( ) Piorou muito 99.( ) NS/NR	1.( ) Sim 2.( ) Não 99.( ) NR/NS Se sim, quais? _____ _____
	<b>PNAE</b> 0.( ) NA		

**7.9 – Após este(s) programa(s), o AUTOCONSUMO (consumo daquilo que se produz) desses alimentos na sua família:**

- 1.( ) Diminuiu muito  
 2.( ) Diminuiu  
 3.( ) Não mudou  
 4.( ) Aumentou

5. ( ) Aumentou muito

6. ( ) NR/NS

**7.10 – Com a participação neste(s) programa(s), houve AUMENTO NA RENDA FAMILIAR?**

1. ( ) Sim 2. ( ) Não 99. ( ) NR/NS

**7.11 – Quais as VANTAGENS e DESVANTAGENS do PAA?**

**7.12 – Quais as VANTAGENS e DESVANTAGENS do PNAE?**

APÊNDICE B – Questionário elaborado para a entrevista com o Gestor do PAA do Município de Cuité – PB

**Pesquisa: “PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB” – Núcleo Penso/UFMG**

Nome do Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data da Entrevista: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO GESTOR DO PAA

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1.1. Escolaridade:
- 1.2. Cargo:
- 1.3. Tempo que exerce o cargo:
- 1.4. Teve alguma experiência anterior com gestão pública? Se sim, especifique?

### 2. FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

- 2.1. Qual o **OBJETIVO GERAL** do programa?
- 2.2. O PAA está **FUNCIONANDO** atualmente no município de Cuité (através dessa instituição ou outra)? Se não, quais os motivos de não está funcionando?
- 2.3. Qual (is) a(s) **MODALIDADE(S)** do PAA no município?
- 2.4. Como ocorre o processo de **ESCOLHA DOS PRODUTOS** que serão comprados da agricultura familiar para o programa?
- 2.5. Nesta escolha, há alguma diferenciação entre **PRODUTOS ORGÂNICOS E TRADICIONAIS**?
- 2.6. Quando foi lançada a **ÚLTIMA CHAMADA PÚBLICA** do programa? Como são **DIVULGADAS** as chamadas públicas?
- 2.7. Há **REUNIÕES DE PLANEJAMENTO** para execução do programa? Se sim, como funcionam? Qual a periodicidade?
- 2.8. Há **ARTICULAÇÃO COM OUTROS SETORES**? Se sim, como funciona? Como o senhor avalia essa articulação? Por quê?
- 2.9. Há **TREINAMENTOS, CAPACITAÇÕES OU CURSOS** com os atores envolvidos na execução do programa? Se sim, qual a periodicidade?
- 2.10. Como ocorre o repasse dos **RECURSOS FINANCEIROS** para os agricultores?
- 2.11. Como ocorre a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** do programa?

2.12. De maneira geral, como o senhor **AVALIA O FUNCIONAMENTO** do programa no município (FACILIDADES E DIFICULDADES)?

### 3. CADASTRAMENTO E SELEÇÃO DOS AGRICULTORES

3.1. **QUANTOS** agricultores participam atualmente do PAA? Como são **IDENTIFICADOS E SELECIONADOS OS AGRICULTORES** para participação no programa (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CADASTRO)?

3.2. Existem **ORGANIZAÇÕES FORMAIS** e **INFORMAIS** que participam do programa? Se sim, de onde são?

3.3. Há **REUNIÕES** com os agricultores? Se sim, qual a periodicidade? Geralmente, quais as pautas dessas reuniões?

3.4. Existe algum tipo de **APOIO TÉCNICO** (MATERIAL/ORIENTAÇÃO) para os agricultores durante a participação no programa? Se sim, qual o tipo de apoio?

3.5. Além do contato na entrega de produtos, existe um diálogo contínuo com os agricultores através de **REUNIÕES, APOIO TÉCNICO OU OUTRO TIPO**?

3.6. Como o senhor **AVALIA** essa **RELAÇÃO COM OS AGRICULTORES** (FACILIDADES E DIFICULDADES)?

### 4. CADASTRAMENTO E SELEÇÃO DAS ENTIDADES

4.1. Quais são as **ENTIDADES** que recebem os alimentos do programa provenientes da agricultura familiar?

4.2. Quais os **CRITÉRIOS** para seleção das entidades participantes do programa? Como é realizada essa seleção?

### 5. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

5.1. Qual a **IMPORTÂNCIA** do programa para o município?

5.2. Existe algum ponto que o senhor acredita que deve ser **MELHORADO** no programa?

5.3. Quais as **VANTAGENS** e **DESVANTAGENS** do programa no município?

---

APÊNDICE C – Questionário elaborado para a entrevista com a Responsável Técnica do PNAE do Município de Cuité – PB

**Pesquisa: “PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB”** – Núcleo Penso/UFCG

Nome do Entrevistador: \_\_\_\_\_ Data da Entrevista: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## QUESTIONÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICA DO PNAE

### 1. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- 1.1. Escolaridade:
- 1.2. Cargo:
- 1.3. Tempo que exerce o cargo:
- 1.4. Teve alguma experiência anterior com gestão pública? Se sim, especifique?

### 2. FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA

- 2.1. Qual o **OBJETIVO GERAL** do programa?
- 2.2. Qual o **TIPO DE GESTÃO** do PNAE no município?  
 Centralizada       Semi-Descentralizada       Descentralizada/Escolarizada  
 Terceirizada
- 2.3. Como ocorre o processo de **ESCOLHA DOS PRODUTOS** que serão comprados da agricultura familiar para o programa (CONSTRUÇÃO DO CARDÁPIO)?
- 2.4. Nesta escolha, há alguma diferenciação entre **PRODUTOS ORGÂNICOS E TRADICIONAIS**?
- 2.5. Qual a **FREQUÊNCIA DE COMPRAS** da agricultura familiar?  
 Nº de vezes:       semana       mês       ano
- 2.6. Quando foi lançada a **ÚLTIMA CHAMADA PÚBLICA** do programa? Como são **DIVULGADAS** as chamadas públicas?
- 2.7. Qual o **PERCENTUAL DE COMPRA** da agricultura familiar no total de compras de gêneros alimentícios?
- 2.8. Há **REUNIÕES DE PLANEJAMENTO** para execução do programa? Se sim, como funcionam? Qual a periodicidade?
- 2.9. Há **ARTICULAÇÃO COM OUTROS SETORES** execução do programa? Se sim, como funciona? Como o senhor avalia essa articulação? Por quê?
- 2.10. Há **TREINAMENTOS, CAPACITAÇÕES OU CURSOS** com os atores envolvidos na execução do programa? Se sim, qual a periodicidade?

2.11. Como ocorre o repasse dos **RECURSOS FINANCEIROS** para os agricultores?

2.12. Existe a necessidade de uma **CONTRAPARTIDA FINANCEIRA DO MUNICÍPIO** para execução do programa? Se sim, essa contrapartida é suficiente para execução do programa?

2.13. Como ocorre a **PRESTAÇÃO DE CONTAS** do programa?

2.14. Como ocorre a **PARTICIPAÇÃO DO CAE** na execução do programa (REUNIÕES/VISITAS)?

2.15. De maneira geral, como o senhor **AVALIA O FUNCIONAMENTO** do programa no município (FACILIDADES E DIFICULDADES)?

### **3. CADASTRAMENTO E SELEÇÃO DOS AGRICULTORES**

3.1. **QUANTOS** agricultores participam atualmente do PNAE? Como os agricultores são **IDENTIFICADOS E SELECIONADOS** para participação no programa (CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CADASTRO)?

3.2. Existem **ORGANIZAÇÕES FORMAIS** e **INFORMAIS** que participam do programa? Se sim, de onde são?

3.3. Há **REUNIÕES** com os agricultores? Se sim, qual a periodicidade? Geralmente, quais as pautas dessas reuniões?

3.4. Existe algum tipo de **APOIO TÉCNICO** (MATERIAL/ORIENTAÇÃO) para os agricultores durante a participação no programa? Se sim, qual o tipo de apoio?

3.5. Além do contato na entrega de produtos, existe um diálogo contínuo com os agricultores através de **REUNIÕES, APOIO TÉCNICO OU OUTRO TIPO**?

3.6. Como o senhor **AVALIA** essa **RELAÇÃO COM OS AGRICULTORES** (FACILIDADES E DIFICULDADES)?

### **4. AVALIAÇÃO DO PROGRAMA**

4.1. Qual a **IMPORTÂNCIA** do programa para o município?

4.2. Existe algum ponto que o senhor acredita que deve ser **MELHORADO** no programa?

4.3. Quais as **VANTAGENS** e **DESVANTAGENS** do programa no município?

---

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) utilizado com os agricultores.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE  
UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO –TCLE**

Prezado participante,

Solicitamos a você uma autorização para a participação da pesquisa: “**PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS: UM OLHAR SOBRE A FEIRA AGROECOLÓGICA DO MUNICÍPIO DE CUITÉ/PB**” que está sendo desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão em Nutrição e Saúde Coletiva (NÚCLEO PENSO), do curso de Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande, sob orientação da Prof. (a) Ms. (a): Ana Beatriz Macedo Venâncio dos Santos.

A pesquisa propõe analisar a dinâmica de produção dos produtos oriundos da agricultura familiar e comercialização destes na feira agroecológica da cidade de Cuité/PB a fim de descrever como transcorre o circuito curto de comercialização nesta feira, assim como a procedência dos produtos que estão sendo comercializados e as potencialidades e dificuldades que o produtor pode encontrar no modelo de circuito curto. Além disso, a pesquisa visa identificar se há a inserção dos produtores em programas governamentais que viabiliza a segurança alimentar e nutricional.

A participação na pesquisa é voluntária, ou seja, não é obrigatório, o que significa que você poderá decidir se pretende ou não participar. Caso opte por não consentir ou então desistir a qualquer momento da pesquisa, você não será penalizado, nem terá prejuízos de nenhuma maneira. A participação não acarreta em nenhum custo ao Sr., sendo os custos de total responsabilidade da coordenadora da pesquisa. No entanto, a sua participação tem grande importância para a execução da pesquisa. Caso decida participar, vão ser realizadas entrevistas semi estruturadas, mediante o auxílio de um questionário além de gravações de áudios. Só haverá a gravação se houver o consentimento do entrevistado(a). A privacidade e confidencialidade das informações prestadas serão asseguradas e seu nome não será identificado em momento nenhum.

Para diminuir as chances de haver constrangimentos, o entrevistado estará em um ambiente no qual ele sinta-se seguro para responder os questionamentos da pesquisa. Em arquivos digitais as entrevistas transcritas serão armazenadas e estarão acessíveis apenas para a equipe de pesquisadores.

Essa pesquisa cumpre as exigências contidas nos itens IV. 3 e IV. 4 da Resolução nº466/12 – CONEP, visto que envolve seres humanos. Fotos do momento da entrevista e/ou

informações comprometedoras que fuja do propósito da pesquisa não serão propagadas na divulgação dos resultados em eventos científicos.

O documento foi redigido em duas vias, você ficará com uma via deste Termo e a outra com a pesquisadora. Toda e qualquer dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa e da sua participação, poderá perguntar diretamente para a Prof. (a) Ms. (a): Ana Beatriz Macedo Venâncio dos Santos. Endereço: Olho D'Água da Bica s/n - Cuité-PB, CEP: 58175-000, Telefones: (83) 9 9651-4354 ou pelo email: biabeatrizvenancio@gmail.com.

É possível, também, contatar o Comitê de Ética em Pesquisa onde foi apreciada a pesquisa, através do endereço: CEP/ HUAC - Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Rua: Dr. Carlos Chagas, s/n, São José. Campina Grande- PB. Telefone: (83) 2101-5545.

### **CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

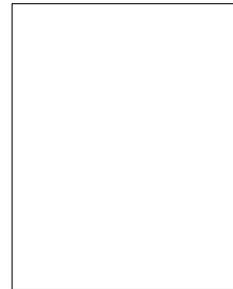
Declaro que compreendi os objetivos desta pesquisa, como ela será realizada, os riscos e benefícios envolvidos e concordo em participar voluntariamente da pesquisa: Circuito curto de comercialização: a experiência da feira agroecológica da cidade de Cuité/PB, autorizo a gravação de voz e divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas.

Cuité (PB), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

#### **Participante da pesquisa**

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_



Impressão  
datiloscópica do  
participante

#### **Pesquisador responsável**

Nome: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_